

COO JORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

BIBLIOTECA CENTRAL DOS
ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.

História

O EXÉRCITO NEGRO QUE VENCEU NAPOLEÃO

ALAGOAS: 20 ANOS DE MATANÇA

Pesquisa

COMO O INTERIOR VÊ O BRASIL DA REDE GLOBO



EX-TUPA MARRÓS

BIBLIOTECA CENTRAL DOS
ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.

Depoimento Exclusivo: Acabou a Guerrilha!

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil. Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polidoro, Tomás Pereira, Waldemar Teixeira, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Marco Antônio Schuster, Rafael Guimarães, Najar Tubino, Maria Angélica de Moraes, Leonardo Dourado, Silvio Corrêa, Marina Wodtke, Lillian Bem David, Jorge Gallina, Baru Derkim, Maureci Santos, Pedro Flores (editores, reportagens, diagramadores e fotógrafos), Sérgio Batsow, Edgar Vasquez, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferraz (arte), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Cleizer Naves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paulo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Moema Bauer (México), Lício Azevedo (Mocambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), José Renato A. Quilina e Terezinha Cardoso, Mozart dos Santos (arquivo e laboratório).

Industrial

Francisco Alba (coordenador), Lindomar da Silva, Estela Maris de Carvalho, Sylvia Breni, Edison Libratan Trindade (revisão), Carlos Milton Rios (produção), Júlio Ferrari, Atli Vinetun, Peri Dutra (fotofixo), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (fotocomposição), Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (montagem).

Administração

Hádio Vieira da Cunha
Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas

Carlos Alberto Wagner, Suzi de Ávila Bérni e Gilberto Taurino.

Números atrasados

A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço

Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Fax (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A-1

Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Aronso Ritter, João Souza, Jorge Polidoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Emanuel Matos, Baru Derquin, Jorge Gallina, Ricardo Chaves, Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schifano, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello, Regina Vasquez (Conselheiros Físicos), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Aveline, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha, Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Carlos Karnas, Edgar Vasquez, Carlos Dorneles, Adélia Yates Silva, Ademir Vargas de Freitas, Angela Riccardi.

Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Libim, Celso Rosa, Claiton Seilstre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Enio Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Lício de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Junior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Salmir Müller, Wal-ter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavehinski, Jara Schilling Pereira, Maristela Baitros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Lara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintonowit, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dornal Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Cotinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlbeg, Jussara de Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polidoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebês de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tascá, Otilia Maria Goulart, Roberto Aguiar Egon Strager, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamaro Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueiredo, Iraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Artech, Neuzza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Raul Ribbenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaíne Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcelos, Sibylla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Altonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaca, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Nelair Rebês Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Weis, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, João Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Elcir da Silveira, Renato Kem, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higinio Cosme Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martín, Iza Maria Tourinho Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldemar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Enio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Corroa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévadi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sarvicente, Riomar Bêssio da Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno, Celso Augusto Schroder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Baru Derkin, Lucila Camargo e Paulo Marconi.

Associado à



Caro leitor

Estamos preocupados com uma tesezinha que ganha corpo por aí — a de que só o jornalismo responsável merece a liberdade de informar. É uma tese simpática, não? Aquele que distorce os fatos, que divulga informações falsas, que lança acusações maldosas contra governantes probos não merece esse direito — tão escasso entre nós — conhecido como liberdade de imprensa. Colocada assim, de forma genérica e superficial, qual o cidadão bem intencionado que não será favorável a ela? Mas, será que ela resiste a um pequeno banho de realidade?

Claro que não. No fundo é apenas um argumento para justificar o atual processo de intimidação a que se quer submeter a imprensa, especialmente um certo tipo de imprensa que exerce a sua independência e o seu direito de crítica. Em primeiro lugar, porque o grau de precisão das informações que um jornalista colhe e divulga está diretamente ligado ao grau de liberdade que ele tem para buscar essas informações. Em segundo lugar porque o jornalismo tem uma dinâmica própria que não pode limitar-se à divulgação apenas de fatos comprovados.

Em muitos casos, uma pequena informação não comprovada é que acaba trazendo à tona o resto do fato ou criando condições para que ele seja esclarecido. Watergate, para ficarmos no exemplo já clássico, não começou com pequenas notas sem confirmação e em cima das quais o governo americano jogou toneladas de desmentidos? Quer dizer, um jornal ou um jornalista não muitas vezes tem instrumentos para chegar até o fundo de um fato ou de um episódio. Mas uma pequena ponta levantada numa notícia é indispensável para que ele seja revelado. Uma imprensa que espera ter provas de tudo o que diz é uma imprensa morta.

No nosso caso, é preciso considerar ainda que esse tipo de argumento vem sendo usado para dar base a processos movidos contra jornais e jornalistas enquadrados não na Lei de Imprensa, que já é excessivamente dura, mas na Lei de Segurança Nacional que é uma lei terrível. E o que têm feito esses jornais e jornalistas? Têm criticado o governo, têm divulgado acusações de corrupção na alta cúpula do poder. O governo diz que as críticas são mal-intencionadas ou falsas, mas não prova. Ele mesmo decide que os seus críticos são irresponsáveis e ele mesmo trata de julgá-los por um tribunal de exceção.

Quer dizer: o jornalista não tem acesso às informações dentro do governo e o governo acha que não tem obrigações de justificar ou esclarecer nada. Exige, porém, que as críticas a seu respeito sejam precisas e com provas indiscutíveis. Alie-se isso ao fato de que, hoje no Brasil, o governo escolhe os jornalistas que devem escrever a seu respeito, através do credenciamento, e tem-se claro que só é considerado responsável neste país quem divulga aquilo que o governo quer.

O editor

Tiragem desta edição: 31 mil exemplares

NESTA EDIÇÃO:

5/15 Ideias & Opiniões



Haiti: 175 anos de revolta do exército negro que derrotou Napoleão 26

8 Poder & Política: as perspectivas políticas para o próximo ano

Amazônia: a ação das 100 maiores empresas internacionais do setor agrícola, incentivadas pelo Governo 28

16 Um crime com 11 anos de idade e quatro testemunhas mortas

ex-TUPAMAROS O primeiro depoimento que os famosos guerrilheiros uruguaios fazem à Imprensa 33

18 PESQUISA: A influência da televisão nos hábitos de uma pequena cidade

Libertad: a minuciosa descrição dos métodos no presídio político mais sofisticado da América Latina 36

20 O extermínio da família Mendes em 20 anos de vingança política em Alagoas

Leituras 38

24 MESA REDONDA: O que pensa a novíssima geração sobre o autoritarismo na escola e na família

Luis Fernando Veríssimo e o exercício do voto 40

A luta contra o custo de vida

Parabéns a toda a equipe do Coojornal pela linha cada vez mais conseqüente e justa que vem imprimindo ao jornal, sempre em defesa dos interesses do povo. Como leitor assíduo e divulgador deste jornal, através do qual tenho conhecido bastante a história do Rio Grande do Sul, quero fazer-lhes uma sugestão.

O jornal *Movimento* nº 171, na matéria "As greves contra a carestia", fala da concentração realizada no Rio Grande do Sul em seis de julho de 1952, que foi reprimida; em resposta, foi decretada uma greve em 27 cidades gaúchas.

Como vivemos um período em que o custo de vida se constitui num grave problema do povo, que procura se organizar em luta contra ele, seria de grande importância este jornal fazer uma matéria a respeito das lutas que o povo gaúcho travou na década de 50 para servir de inspiração aos que hoje procuram honrar os heróis do passado.

A história é feita pelas massas e é na experiência do passado que se deve buscar lições para novas lutas em rumo da liberdade.

Na certeza de aprender mais um importante capítulo da história do povo gaúcho, espero que este valoroso jornal dê esta importante contribuição ao incipiente movimento contra o aumento do custo de vida em nosso Estado.

Brasilino Teixeira, Porto Alegre, RS
Nota da Redação: Obrigado pela sugestão.

"Nós, brasileiros, sacrificados..."

Nós, brasileiros, há 14 anos estamos nos sacrificando, pressionados por um regime de exceção; pelo poderio exercido pela exploração multinacional; pela surra à maioria dos meios de comunicação; enfim, uma série de anormalidades, nem precisamos enumerar, nos forçando a um silêncio total.

Tivemos uma geração sacrificada por tudo isto. Uma Revolução que interrompeu todo um processo de desenvolvimento em "prol" de uma melhor distribuição de renda e um desenvolvimento acelerado. Mas o que podemos ver no passar dos anos foi um empobrecimento da maioria e uma maior concentração nas mãos da minoria.

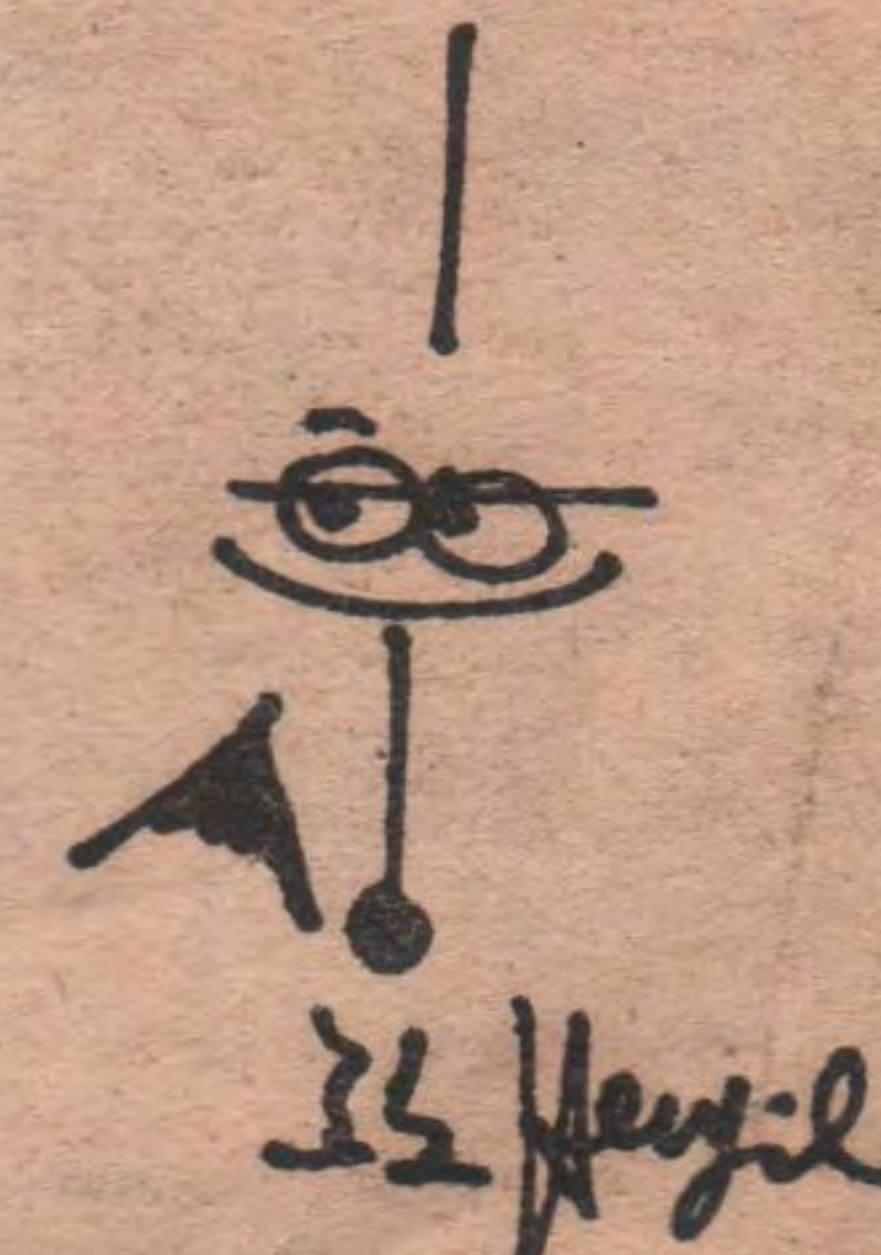
Porém, com todo este fechamento, estamos começando a nos reorganizar, lenta e gradualmente. E, lamentavelmente, as manifestações populares continuam sendo dispersadas à força.

Na última semana de agosto 22 estudantes foram presos, e num manifesto contra o custo de vida outras 13 prisões foram feitas. Depois, num manifesto estudantil no Largo São Francisco, também em São Paulo, mais seis prisões, sendo que neste último juntaram-se batalhão de choque e cavalaria. Mais parecia um preparativo para um discurso do general Figueiredo, pois o cheiro dos cavalos e seus estrumes superava o cheiro do povo.

Entendo que agora devemos parar, olhar e caminhar para uma única posição político-ideológica: o bem-estar da maioria.

Clairton Porto, São Paulo, SP

ASSINE O COOJORNAL!



“Golbery gênio? E de que raça?”

Muito boa a matéria “Golbery, poder e silêncio”, publicada no **Coojornal** de setembro. O tom de isenção com que o redator discorreu sobre o famigerado chefe da Casa Civil do presidente Geisel prova a linha de imparcialidade desse valoroso mensário.

Não obstante, tenho para mim que a aludida reportagem bem poderia ter nomeado os subservientes que têm o todopoderoso general como “gênio da raça”.

Gênio, por quê? E de que raça? A propósito de tamanha sabujice, vale recordar, à guisa de deplorável curiosidade de nosso subdesenvolvimento, que entre os áulicos de todos os governos sempre se observou a ridícula tendência de *mitificar* certas “personalidades”.

Assim, por exemplo, à época de Vargas, não foram poucos os que divinizaram o capanga-mor do ditador — o célebre tenente Gregório — chamando-o de “Anjo Protetor” do chefe da Nação. A seguir, após a queda da ditadura, o famoso general Goes Monteiro, que teria sido o autor da façanha, passou a ser apontado como “um dos maiores estrategistas do mundo”. O falecido senador Vitorino Freire, à época do governo Dutra, por sua grande amizade com este, também foi festejado como um “gênio político”.

Como se vê, o folclore continua se enriquecendo, agora com esse inacreditável “gênio da raça”, dado ao general Golbery. Saiba-se, porém, que aqui, em Brasília, a autoria desse cognome é atribuída nada mais nada menos que ao senador Braga Júnior, da Arena do Amazonas, onde, por sinal, é popularmente conhecido pelo significativo apelido de *Braga Burro*.

José Pereira, Brasília, DF

Coragem

Parabéns pela coragem nas reportagens.
Anécio C. Ribeiro, Taubaté, SP

Obrigado

AGRADECEMOS RECONHECIMENTAMENTE AS ATENÇÕES DISPENSADAS AOS ALUNOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DURANTE A VIAGEM DE ESTUDOS A PORTO ALEGRE



Universidade Estadual de Londrina
Profa. Leange Severo Alves
Prof. Ubiratan de Oliveira Alves

SANTIAGO

Os ideais dos governantes

É interessante e triste a gente encontrar no Brasil a formulação de uma série de paradoxos, ou contradições, que nos induzem a duvidar dos verdadeiros ideais dos nossos governantes.

Dando-se atenção à campanha de divulgação do Projeto Rondon nós vamos encontrar uma frase linda, muito bem construída, que faz renascer os espíritos pátrios toda vez que ela é pronunciada: “Integrar para não entregar”.

Porém, num local muito próximo de onde os estudantes se empenham em sacrifícios para melhorar um pedacinho de terra brasileira, nós vamos encontrar um senhor americano, muito respeitável, digno da mais alta confiança por parte dos senhores do nosso governo, dono de uma quantidade de terra igual à de um país europeu, benevolentemente entregue pelo nosso governo.

Estou-me referindo, é claro, ao dono do projeto Jari, onde se pode aplicar com exatidão a frase “entregar para não integrar”.

Ernani Sartori, João Pessoa, PB

“Fizeram da imprensa um robô e esqueceram o homem”

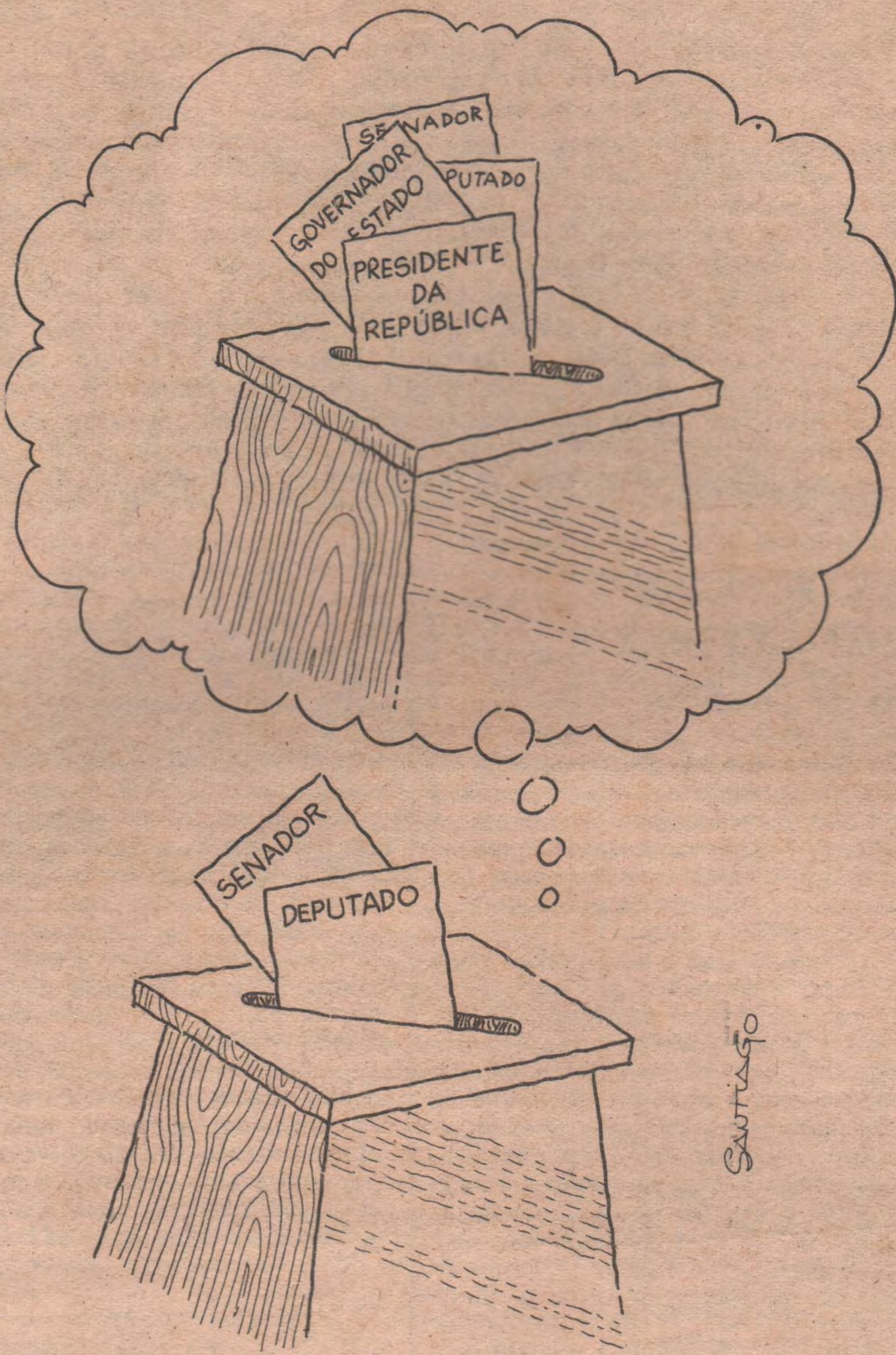
Há algum tempo um grande jornal de São Paulo trouxe interessante depoimento de Nelson Rodrigues, o grande teatrólogo que todos conhecemos. Ele, ao se referir à nova imprensa, o faz com muito ceticismo, com saudade dos velhos tempos da imprensa matutina, vespertina, noturna. Naquela época não havia o corre-corre dos tempos atuais, que hoje mutila o que de melhor poderiam dar os profissionais da imprensa aos leitores: boa informação vazada numa linguagem menos artificial, menos padronizada.

O desencanto é também de gente da experiência do autor de Quarup, Antonio Callado: “Não vejo liberdade de imprensa porque a imprensa depende do capital estrangeiro para viver. As grandes agências de publicidade são estrangeiras”.

Eu mesmo, sempre que visito redação de jornal, observo a preocupação mor: faturamento!!! Comércio como qualquer um outro, o jornal está atado às necessidades financeiras do seu dono e este às necessidades ideológicas dos patrocinadores. Isto me faz lembrar uma frase de L. Carlos Prestes a Aliomar Baleeiro: “Nunca haverá reforma agrária no Brasil porque dois terços dos homens aqui na Câmara Federal são filhos ou genros de fazendeiros”. E diria eu: nunca haverá imprensa para o povo porque os donos da pecúnia lutam para manter o *status quo* a ferro e fogo...

Num mundo que se deteriora em tudo e por tudo, a imprensa não poderia escapar ao mal... Na “explosão de saber”, no desenvolvimento anômalo ocorrem coisas assim. Inovou-se o máximo na técnica, fez-se da imprensa um robô, mas esqueceu-se de que para fazer imprensa há mister investir no homem. Criar faculdades de comunicação não é promover a formação dos verdadeiros talentos, que estão afastados das redações. A carreira jornalística deveria ser para os mais abnegados, longe de todos os aproveitadores, dos picaretas, dos inimigos do povo. Mas, desgraçadamente, parte da imprensa se transformou num grande mercado a serviço do capitalismo de direita, de esquerda e de centro, cada qual temperando o peixe a seu bel-prazer.

J. B. L., Londrina, PR



“Não creio que a Igreja possa opinar sobre política e Direitos Humanos”

Todos sabem que bem antes da II Guerra já existia o *truste* e o *holding*, operando e orientando com seus imãs os ponteiros dos grandes mercados do mundo capitalista. Após a guerra, esse domínio se diversificou e passou a tomar conta dos países subdesenvolvidos, ganhando o conhecido nome de multinacionais.

Depois dos europeus e americanos se infiltrarem por aqui, ganhamos também a colaboração dos japoneses. E se é que alguns acreditam que elas nos trazem tecnologia avançada e alguns empregos, é inegável que estrçalham a nossa balança de pagamentos, eis que a maioria delas trabalha na indústria de transformação (o mais eficaz dos setores de substituição das importações), afundando assim cada vez mais o nosso endividamento externo e acumulando um grande potencial de remessa de lucros.

Mas onde quero chegar é na multinacional que já foi, ou seja, a Igreja. No **Coojornal** de setembro foram publicados trechos de uma palestra do padre Xabier Gorostiaga, um jesuíta basco que diz trabalhar junto às favelas dos índios e dos camponeses do Panamá, pronunciada recentemente num estabelecimento religioso em Porto Alegre. Ele diz que se sentiu surpreso ao constatar que, no Brasil, acredita-se que a democracia relativa é um invento das classes dirigentes nacionais, eis que desde 1960 ela está muito bem pensada em Nova Iorque. Diz também que está surgindo uma nova igreja, que se põe a favor dos setores populares.

Pois bem, ele falou muito bem na atuação e no perigo das multinacionais, mas ao afirmar que do poder, da cultura e da riqueza não se pode criar justiça, esqueceu-se de que a Igreja já foi a maior fonte de poder e de riqueza que existiu sobre a face da terra. Hoje a Igreja não detém mais o poder de controle sobre o Estado, não possui mais as fortunas babilônicas de antes, e também não influi mais ideologicamente como antes influiu. Daí tornou-se claro o porquê de um combate tão acirrado em cima do poder, da riqueza e da cultura.

É sabido que muitos papas, em séculos passados, faziam contatos de interesses com ditadores da Europa, com o objetivo único de recuperar terras perdidas pela Igreja nas constantes batalhas da época. E hoje continuamos a observar o grande envolvimento da Igreja com os problemas políticos onde ela exerce alguma influência, e apesar de que considero muito justa a luta pelos Direitos Humanos, bem como a total normalização dos impasses gerados dentro de uma nação e criados por este ou aquele modelo político, não creio que possa competir à Igreja opinar a respeito, eis que isso pode ser um ato muito patriótico, porém nada religioso. Afinal, não são os dogmas que regem a constituição religiosa?

Na minha opinião, política e religião não resultam jamais em mistura muito agradável, e o simples fato de o sr. Gorostiaga condenar a cultura, indica que ele é chegado a processos alienatórios e radicais, mas estes, felizmente, nos nossos dias não pegam mais.

João Paulo Ceccatto, Santana do Livramento, RS



Nota — As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.

O paraíso que Mao deixou

O *Correio Braziliense*, na sua edição de 08 de outubro, publicou o relato de uma viagem de Ernesto da Silva, um dos pioneiros de Brasília (que também é autor de uma das histórias da cidade). A matéria, com o título "A Nova China", registra, dentre outras coisas, o que resumirei.

"Na República Popular da China não há: tóxicos, prostituição, moléstias venéreas, play-boys, menor abandonado, pedintes, gorjetas (o chinês é de uma dignidade impressionante), falta de teto (moram modestamente, mas todos têm o seu teto), fome (a produção de legumes é de meio quilo por pessoa), analfabeto (a taxa é ridícula: um por cento), pornografia, assaltos ou terrorismo, ladrão (o nosso intérprete nos disse que teoricamente não há e nós estivemos em dois hotéis, onde não havia chave na porta), religião oficial, advogados, inflação".

Outros pontos interessantes, segundo o mesmo relato: homens e mulheres se casam tarde e quase sempre virgens; há divórcio mas é pouco utilizado; a mortalidade infantil é de 16 por mil; não existem crianças desnutridas; pratica-se a medicina ocidental em combinação com a medicina tradicional (ervas, acupuntura, etc.); o regime é de tempo integral nas escolas; o aluguel da casa representa de 10 a 12% do salário, incluindo despesas de água, luz e aquecimento; a média de metros quadrados utilizados por pessoa é de 15 a 17.

Meu Deus, se tudo isso representa uma realidade, a milenar pátria de Confúcio se tornou, após a Revolução Cultural, um verdadeiro paraíso.

Que me perdoe o deputado José Bonifácio e outros que ojerizam o comunismo, mas por que será que Mao não nasceu brasileiro ou então o presidente Hua e seus assessores não vêm ministrar as nossas autoridades cursos sobre como transformar o país do futebol num éden como o descrito acima?

Raymund Lung, Brasília, DF

"E a Transamazônica, onde parou?"

Sugiro uma reportagem sobre a atual Transamazônica: que fim levou o projeto? É verdade que se tornou algo tão caro que se transformou num projeto quase impossível? O governo é o culpado por não ter feito um estudo mais detalhado?

Também poderiam fazer alguma reportagem sobre o famoso projeto Jari e outros similares que surgiram no Brasil.

Jefferson Banderó, Santa Maria, RS

Nota da Redação: O projeto Jari foi assunto na edição de setembro e em outras anteriores do *Coojornal*. Quanto a Transamazônica, a sugestão está anotada.

Alegria

Por gentileza dos editores da Revista *Campo*, daqui de Campo Grande, fui regamente brindado com a assinatura do *Coojornal*, do qual tão tardiamente tomei conhecimento. Não adianta pedir desculpas pelo atraso; o azar foi (e é) todo meu. Vocês já devem estar cansados de ser parabenizados, mas façam questão de registrar a minha alegria pelo sucesso profissional e realização pessoal de vocês, que permito-me estender a todo o sistema cooperativo.

Luiz Edmundo de F. Freire, Campo Grande, MT



"A Coca-Cola tem subornado em 37 países"

O leitor Ronaldo Cruz comenta em carta ao *Coojornal* de setembro o boicote à Coca-Cola, considerando "quixotesco" boicotar "a coisa mais típica do American Way of Life" como uma forma de luta democrática contra ditaduras sangüinárias apoiadas pela Coca-Cola.

Pois bem. A "guerra das garrafas" ainda é de memória de muitos gaúchos: (a Coca quebrando as garrafas da Pepsi). No mês passado, o governo mexicano suspendeu as vendas da Coca-Cola porque a empresa havia feito uma campanha de vendas na base de prêmios que não correspondiam ao anunciado. Foi forçada a sair da Índia quando este país exigiu que fosse revelado a sua fórmula de fabricação. Tal revelação mostraria um produto viciador com uma composição química altamente nociva ao organismo humano, um produto usado para desentupir pias e retirar adesivos de multas de trânsito (o único solvente que conseguiu fazer isto). A revelação da fórmula também mostraria a base de seus lucros excessivos, mais altos fora do que dentro dos EUA.

Tem utilizado subornos em pelo menos 37 países, e no Brasil tem logrado alterar em seu favor a legislação vigente. Através de seus ternos e suas gravatas, a publicidade positiva de seu produto, e a sua participação na filantropia, os executivos Coca-Cola segue no caminho dos gangsters Al Capone e John Dillinger, deixando uma trilha de destruição e morte em seus passos. Só que a sua luta pelo mercado não se restringe a Chicago, mas é global: atuam em 139 países.

Quanto a considerar o boicote quixotesco, considero tal conclusão precipitada e míope. A libertação nacional da Índia começou para valer quando o seu povo deixou de comprar a roupa inglesa feita com matéria-prima indiana e vendida ao consumidor por preços altamente inflacionados, daí enriquecendo os ingleses e mantendo os indianos como uns subdesenvolvidos explorados, empobrecidos, reprimidos e submissos na ilusão de que o que era bom para a Inglaterra era bom para a Índia.

Por outro lado, o povo nicaraguense está se liquidando numa luta fratricida e idiótica que já persiste há quarenta anos, os cubanos encontram-se hipotecados à União Soviética, os chilenos vivem há cinco anos numa versão sul-americana do nazismo, a fome e o desespero mundial aumentam sem sinal de alívio, a indústria mundial de armamentos não pára de crescer,



cer, e multinacionais como Coca-Cola, IBM, Exxon e General Motors continuam aumentando seus lucros a todo ano.

Enquanto os povos do Terceiro Mundo continuam consumindo as porcarias desnecessárias e destrutivas feitas por tais organizações, serão escravos dos interesses do pequeno grupo de magnatas fora-da-lei que controlam as coisas no mundo atual.

A meu ver, a não-violência inspirada pela fé em Deus e seu caminho de amor é a única forma viável, legítima e com possibilidade de triunfo a longo prazo na luta pela libertação de qualquer ser e povo oprimido e explorado. Como as multinacionais atuam de forma global, devem ser combatidas por meio de boicotes globais. Afinal de contas, é a todos nós que as multinacionais exploram e tratam de oprimir através de regimes testas-de-ferro, compostos de pigmeus de caráter subvertidos e corrompidos pela força do dinheiro a atuarem contra as aspirações e os interesses das nações e povos que "governam".

Christian K. Hansen, Nova Friburgo, RJ

"O que fazer, meu Deus?"

Gosto muito de ler este jornalzinho e quero dar minha contribuição, perguntando o que fazer contra essa enorme falta de amor ao próximo, em contraposição aos anseios de ganhar fortunas nem que seja em detrimento a legiões de pessoas.

Um fato que se deu em minha casa notei em outras famílias. Comprei uma sala de jantar numa das lojas da cidade. Antes de meio ano quebraram-se as cadeiras. Telefonei à loja contando o fato. Quem me atendeu, perguntou pelo preço que eu havia pago pelas cadeiras, sabendo que eram cadeiras de preço popular, apesar de serem estofadas de veludo. Então o homem perguntou: "O que a senhora queria com cadeiras tão baratas?" Respondi: "Senhor, então o pobre não tem direito a possuir cadeiras que durem? Olhe, eu ainda tenho as cadeiras velhas da cozinha de minha mãe e eram as mais baratas da época".

Nova resposta: "Minha senhora, a senhora deve ter usado demais as cadeiras". Não me arrepiei e disse: "O senhor deveria ter-me avisado antes que as cadeiras eram apenas para ser olhadas".

Mas não faz mal, eu vou mandar colocá-las na frente de sua loja com uma placa bem grande dizendo que elas foram compradas nesta loja". Não me adianta citar o nome da loja, pois todas recebem das mesmas fábricas. Em vista desta ameaça a firma resolveu mandar buscar as cadeiras, mas a colação que fizeram não durou nada. Isto parece anedota mas não é. É verídico.

Após um ano meu marido comprou outra dúzia de cadeiras com palhinha no assento, quebraram que foi uma vergonha. Outro ano, na mesma loja (e não adianta mesmo, pois todas as lojas têm as mesmíssimas cadeiras) meu marido comprou a terceira dúzia de cadeiras, mais bonitas, torneadas, elegantes, de aspecto bem bonito. Palhinha no encosto e no assento. Mas oh! Não se sentem muito! Tenho novamente mais da metade quebradas. Até parece que somos masoquistas.

Minha filha casou e recebeu a sala de jantar já usada da sogra. As cadeiras se quebraram. Mais tarde recebeu a sala de jantar da cunhada. A quinta série de cadeiras quebradas...

Isto é o que senti de perto. O que fazer? Como permitem que todas estas fábricas continuem pregando as cadeiras com

pregos e vendendo móveis que são só umas casquinhas?

É o que dizer das tampas dos vasos sanitários, que quebram a todo momento? Compramos novas tampas a cada mês, já faz parte até do rancho.

Os sacos para lixo também, são tão fracos que não agüentam o lixo de uma manhã.

O que fazer, meu Deus? Sou uma leitora, entre tantas que se vêem lesadas a cada compra.

Maria das Dores, Porto Alegre, RS

O milionário

Na brilhante reportagem sobre a candidatura milionária do sr. Cláudio Strassburger, que o *Coojornal* de outubro publicou, só faltou acrescentar uma coisinha: ele também conta com a franca "simpatia" de nossa imprensa. Anexo um exemplar do *O Jornal*, de São Borja, que dá uma grande foto do homem na primeira página, ao lado do garoto-propaganda Teixeira e sua musa Méri Terezinha. Macacos me mordam se este Strassburger não for o mais votado pela Arena gaúcha!

Carlos Didonet, Alegrete, RS

Dupla Arenista Promove Comício-Show Em SB

QUANTO TEMOS MIL PESSOAS FORAM OLIVIERO E ADALDOIR TEIXEIRINHA E MARY TEREZINHA. QUANTAS DESSE TOTAL VOTA. NÃO NOS PRODUZEMOS NENHUMA E QUANTAS DESSE TOTAL VOTA. NÃO NOS PRODUZEMOS NENHUMA E QUANTAS DESSE TOTAL VOTA.

O Jornal (CIVIL 6.00)

Francisco Napoli e Adão Houayec Debaterão No Centro Cultural

Trabalhadores Rurais Poderão Beneficiar-se Do PIS

Ética, liberdade e soberania

Analisando o Código de Ética dos Jornalistas deparei com o item sete que diz: "O jornalista deve pugnar pela soberania nacional em seus aspectos políticos, econômico e social".

Parece-me, analisando os fatos que correm no mundo, que uma nação, para poder exercer sua soberania, necessita de um povo livre e com garantias institucionais. Um povo consciente do que quer e do que precisa. Um povo que saiba para onde caminha a nação e que saiba fazer da nação o seu caminho. Um povo livre tem que ter igualdade de direitos e poder expressar os seus anseios e as suas necessidades. Só então poderá o povo formar verdadeiramente uma nação e lutar pela sua soberania. Um povo insatisfeito e carente não forma uma nação, não passa de uma conglomerado humano.

É preciso colocar também o que é soberania nacional. Parece que muitas nações a interpretam de forma imperialista, realizando a espoliação de outros povos. Evidentemente cabe a esses povos lesados a luta em defesa dos seus direitos.

Para exercer a soberania nacional é preciso, sim, defender e resguardar a nação nos seus direitos, mas é preciso também, e antes de tudo, defender os direitos do povo dentro da própria nação; e isto não pode ser feito sem garantias institucionais e sem liberdade de imprensa. Se a nação é espoliada por outras nações o povo é quem sofre duramente as conseqüências.

Como pode o jornalista exercer eticamente sua profissão se ele não tem liberdade para conscientizar o povo sobre o que acontece ao seu país? Como defender verdadeiramente a soberania nacional? O que pode uma simples frase do Código de Ética?

Marília Cabral de Lemos, Porto Alegre, RS

TRIBUNA

O Jango que Moniz inventou

Uma análise do último livro de M. Bandeira, por Fernando Kolleritz.



Uma análise crítica à obra recente de M. Bandeira, intitulada "O Jango que Moniz inventou". O autor, M. Bandeira, apresenta uma visão crítica e detalhada do governo de Jango e do papel de Moniz de Aragão. O texto discute a política externa, a economia e a estrutura do Estado durante esse período. O autor argumenta que a obra de Bandeira oferece uma perspectiva valiosa sobre a complexidade da situação política e econômica da época.

"Fazer do crítico um traidor revela a pior vivência política"

Escrevo ao **Coojornal** a propósito da entrevista "Moniz: o populismo revisado", publicada na edição de setembro último.

Assinei um comentário crítico ao livro sobre o Governo João Goulart, da autoria de M. Bandeira. Na entrevista acima referida, Bandeira afirma que a resenha "não é de um elemento de esquerda mas de um submarino da reação". Ele esclarece em seguida que isso lhe parece perfeitamente claro quando se sabe que o autor da resenha "colaborou generosamente com as autoridades do Cenimar (Centro de Investigações da Marinha), quando foi preso". Ele diz ter lido um depoimento prestado ao Cenimar em que, segundo entendi, teria sido incriminado pelo mesmo resenhista. Acaba concluindo que "desse sujeito sei apenas que é um delator, um colaboracionista". O nome do resenhista e traidor aparece na entrevista como sendo Fernando Polaridez.

Ora, eu, Fernando Kolleritz, assumo a resenha e continuo achando o livro uma obra-prima de desinformação. Cabe aos leitores julgar o meu artigo. Posso depor a respeito que, entre críticas e elogios, ninguém a achou reacionária, salvo o próprio interessado, autor do livro. Gostaria que os leitores do **Coojornal** pudessem ler a resenha, pois teria assim a oportunidade de julgar da objetividade das apreciações de M. Bandeira. Saliento que a crítica foi publicada em **Versus** que pode, julgo, ser acusada de tudo, menos de reacionária (**Versus** nº 18, fevereiro de 1978, p. 9).

A resenha, de qualquer forma, deve ser julgada pelo que diz e não pela imputação de ser um traidor quem a escreveu.

Chego assim à acusação infamante e infame. Declaro não ter sido nunca preso pelo Cenimar, desconhecer por completo a existência de um depoimento meu neste órgão repressor, não ter, em momento algum de minha vida, citado o nome de M. Bandeira em qualquer depoimento policial. A acusação, terrivelmente grave, é mentirosa.

Em 1964, morava então no Rio, como quadro das Ligas Camponesas, fui perseguido pela polícia, provavelmente pelo Cenimar, tendo conseguido fugir para a Europa sem ser preso. Lá fiquei mais de três anos. O processo que adveio desta militância e que incluiu outras organizações foi julgado em 1970. Não fiz, em instância alguma, depoimento referente a este processo. Dele, fui absolvido por prescrição. Em 1968 voltei para integrar a luta armada no País. Fui preso em São Paulo em meados de 1970, interrogado pelo Deops e pela Oban, não pelo Cenimar. Cumpri dois anos e oito meses de prisão. Nenhum dos dados que vosso entrevistado oferece para objetivar suas acusações é, portanto, verdadeiro.

M. Bandeira foi ferido nos seus brios intelectuais ou contrariado nas suas opiniões políticas; é custoso acreditar que alguém possa se utilizar de tal cinismo difamatório porque é incapaz de aceitar a contradição, de receber a discordância. Fazer do crítico um traidor revela — estou sendo ponderadíssimo — a pior das vivências políticas.

Fernando Kolleritz, São Paulo, SP

Imprensa: o medo no lugar da censura

No final de outubro (26 a 28), jornalistas de todo o país reuniram-se, em São Paulo, para o I Congresso Brasileiro pela Liberdade de Imprensa. Poderia parecer paradoxal a iniciativa, justamente num momento em que se alardeia a decompressão política, os jornais não têm mais censura e, tem-se a impressão, a imprensa está publicando tudo.

No entanto, as denúncias levadas ao congresso, mais meia dúzia de fatos recentes, alguns deles ocorridos durante o próprio encontro, demonstram que ele foi realizado num momento mais do que oportuno. A veiculação livre de informações continua sofrendo as mais sérias restrições em todo o país.

A evidência mais grave é a de que o governo está disposto a manter a imprensa sob controle, substituindo a censura direta que esteve em vigor até três meses atrás, por uma modalidade mais cômoda de restrição: a autocensura.

O primeiro dia do Congresso pela Liberdade de Imprensa, por exemplo, transcorreu sob o impacto da notícia de que o jornalista Antonio Carlos Ferreira, secretário do semanário *Movimento* havia sido enquadrado em processo com base na Lei de Segurança Nacional. Motivo: uma matéria publicada na semana anterior sobre as denúncias de corrupção envolvendo integrantes da cúpula do governo Geisel, sob o título *Geisel num mar de lama*.

No encerramento, mais um fato comprovando a intenção de intimidar: o repórter Evandro Paranaguá, há 11 anos credenciado, para fazer cobertura no Palácio do Planalto, teve sua credencial cassada. Motivo: um artigo, publicado a 18



Os jornalistas de Brasília no almoço de desagravo a Paranaguá

de outubro no *Estado de São Paulo*, sobre a ação dos órgãos de informação e intitulado *Os que nos julgam*.

O interessante no caso de Paranaguá é que o governo ameaçou-o com um processo por informações falsas. Mas como o repórter contra-atacou, afirmando que, se necessário, poderia provar o que havia escrito, houve o recuo. A Assessoria de Imprensa da Presidência da República optou pelo descredenciamento puro e simples.

Esse quadro, que já tinha como precedente o enquadramento, também na Lei de Segurança Nacional, do jornalista Hélio Fernandes, da *Tribuna de Imprensa* do Rio, foi completado dias depois com uma ação do governo, no mesmo sentido contra os diretores do semanário carioca *Pasquim*, que também publicou em uma de suas edições a manchete sobre o "Mar de Lama".

A situação ainda revela um agravante: como as medidas restritivas e atemorizadoras estão atingindo ou a profissionais, diretamente, ou aos órgãos mais indepen-

dentes e combativos, os jornais da chamada grande imprensa adotam uma posição de espectadores e, às vezes, contribuem até para dar a impressão de que apenas os irresponsáveis estão sendo punidos.

A cobertura que os principais jornais deram do encontro dos jornalistas em São Paulo é um sintoma disso. Era um congresso pela Liberdade de Imprensa, mas pode-se dizer que foi boicotado pela imprensa, que se limitou a dar pequenos registros genéricos. A causa, provavelmente, está no fato de que uma boa parte das denúncias feitas pelos profissionais diziam respeito exatamente ao comportamento das grandes empresas jornalísticas que, frequentemente, mantêm seus interesses comerciais e políticos acima dos interesses dos leitores. Tanto assim que uma das questões mais discutidas foi a proposta (aprovada, ao final) de que os profissionais se organizem dentro das redações de forma a poderem interferir mais nas decisões sobre o que os jornais publicam ou não.

Críticas na Argentina? Só com sotaque britânico

Sob rígida censura, receando a extrema direita que age com carta branca, a imprensa argentina tem sido, para dizer o mínimo, cautelosa. A única voz que se levanta contra o regime militar possui, ironicamente, sotaque britânico. É a de Roberto Cox, editor do diário *Buenos Aires Herald*, redigido em inglês e, apesar disso, uma pedra constante no coturno do general Jorge Videla. Por suas ousadias em favor da liberdade de informar — o jornal é o único que se arrisca a mencionar a existência das *Locas de la Plaza de Mayo* — Cox acaba de receber, ao lado do brasileiro Carlos Castelo Branco, o *Prêmio Maria Moors Cabot*, concedido pela universidade norte-americana de Columbia.

Londrino de 44 anos, os 18 últimos passados em Buenos Aires, Cox já pegou prisão por publicar uma entrevista com os líderes montoneros no exílio em Roma. "Nos tempos de Isabelita Perón também tivemos problemas", conta Cox. Certa noite, várias viaturas policiais esbarraram em frente ao jornal. A redação foi invadida por dezenas de federais armados de metralhadoras e o repórter Andres Yooll, que fizera várias matérias com lideranças comunistas, foi preso. Segundo os policiais, havia denúncia de que o *Buenos Aires Herald* abrigava uma rede de terroristas. Libertado, Yooll achou mais conveniente retornar a Londres.

Fundado há 103 anos para informação e lazer dos empresários ingleses, circulando com 24 páginas, muitas cobertas por classificados, ênfase no noticiário internacional, o jornal tem aumentado o número de leitores nos últimos anos superando a barreira do idioma. Cox calcula que 80 mil pessoas, e não apenas os executivos americanos e ingleses, lêem seu diário, que tem uma tiragem de 16 mil exemplares. Uma das razões para esse interesse está no editorial, não raro áspero com os rumos do governo, e também redigido em espanhol.

Diante do seqüestro do organizador da Olimpíada Internacional de Xadrez, Rodolfo Eduardo Zalungo, no mês passado, Cox criticou os militares, acusando-os de demonstrarem claramente ao mundo que desejam partilhar o monopólio do uso da força com os terroristas de direita. Fontes oficiais mencionaram que se tratava de um crime inexplicável. Cox retrucou dizendo que "inexplicável é o silêncio do governo..."

Acumulando a editoria do jornal com as funções de correspondente da BBC, do *The Economist*, da revista *Newsweek*, Cox entende que os militares vivem sua deradeira experiência de governo na Argentina.

— Eles não voltam mais. Subindo ao poder eles se desgatam demais. Esse governo dura alguns anos e acaba... E são in-



Cox: "Jornal de jornalistas"

crivelmente inábeis. O general de cavalaria Albano Harguindeguy, ministro do Interior, sustenta que a Argentina é o último país branco da América Latina e sugeriu a imigração de brancos para povoar o seu território...

Com as acusações de que pertenceria da folha de pagamentos da espionagem norte-americana, Cox parece não se importar. "É interessante que, alguns anos atrás, eu era homem da CIA. Agora, quando o jornal critica Videla, recebo ameaças telefônicas que me identificam como agente da KGB".

Ele repele a acusação de que o *Buenos Aires Herald* seja um jornal "a serviço do imperialismo". "É preciso recuar à década de trinta — diz — para contestar isso: enquanto nosso jornal ficou do lado dos operários em todas as suas greves, o *The*

Moreira Maris/Ba

Standart, outro diário de língua inglesa, apoiava os empregadores”.

Embora o jornal tenha 51 por cento de seu capital em mãos de acionistas norte-americanos residentes no Estado de South Carolina, o editor sustenta que não existe qualquer interferência editorial dos proprietários: “Fazemos um jornal de jornalistas, um trabalho da nossa equipe”. A redação ocupa 12 pessoas, que ganham um pouco mais que os 150 mil pesos mensais — cerca de Cr\$ 4 mil — pagos pela grande imprensa a um repórter tarimbado.

Por sinal, o arrocho dos salários, uma das primeiras iniciativas da política econômica do ministro da Fazenda, Martinez de Hoz, e o fechamento do mercado de trabalho abriram uma trágica opção aos jornalistas subempregados: trabalhar para os serviços de informação que acenam com polpudas remunerações.

Adão José de Souza

O coronel quer saber quem falsificou o seu hino

Depois que deixou a Aeronáutica, em 1953, o coronel Breno Outeiral dedicou-se a aprender música, uma das atividades que desenvolve e que não conflitam com os problemas de saúde que o levaram à reforma. Em outubro de 63, usando o pseudônimo de *Chuvisco*, inscreveu-se num concurso da Prefeitura instituído para escolher a Canção de Porto Alegre. Eram mais de 700 inscritos e Outeiral jamais pensara em ganhar o primeiro lugar e o prêmio de Cr\$ 100 mil (da época). Ganhou, a marcha foi gravada e o prefeito de então, José Loureiro da Silva, baixou decreto instituindo-a como hino da cidade.

No segundo semestre do ano passado, por intermédio de uma professora, Outeiral tomou conhecimento que a Prefeitura estava distribuindo um disco com uma “nova canção de Porto Alegre”, intitulada *Você Vai Viver Melhor*, que fazia parte de uma campanha promocional.

Durante quase um ano, Outeiral ficou colhendo informações e no começo deste mês seu advogado, Aldrovando Micelli, entrou com uma interpelação judicial contra o prefeito Guilher Socias Villela, na Vara de Crimes. Ele quer saber quem são os autores Norberto P. de Barcelos (música e letra) e Emílio Pacheco (letra) mencionados no disco. Estes, mais o cantor Ivo Fraga e o maestro Breno Baldo, incorreram em “crime de contrafação” — falsificação, imitação fraudulenta —, pois a tal canção de Porto Alegre já existia, pelo decreto 2.609, de 27 de dezembro de 1963.

O crime de contrafação prevê prisão de seis meses a um ano, indenização e reatuação pública. Na fase do processo, deverão ser chamados a depor o prefeito Socias Villela, o diretor da Epatur, Carlos de Noronha Feyo — que encaminhou a produção do disco —, o diretor da Mercur Publicidade — que tratou da gravação do disco —, o maestro, o coral, os cantores e os compositores.

Os primeiros efeitos foram sentidos antes mesmo da interpelação judicial. Breno Outeiral foi procurado pelo diretor da Epatur, em nome do Prefeito, pedindo desculpas e alegrando não conhecimento do hino oficial. Numa próxima solenidade pública, disse Carlos Feyo, o prefeito se retrataria. Não se retratou. Mais tarde, o coronel foi procurado pelo diretor da Mercur Publicidade, Geraldo Assis, que tinha nova proposta: Outeiral estipularia uma soma em dinheiro e assinaria um documento abrindo mão de seus direitos como autor. O coronel não topou.

Najar Tubino

Carlos Salzano V. da Cunha

— ADVOGADO —

OAB 2927 CPF-007648680

Andradas, 1560 — CONJ. 112 (GAL. MALCON)
Das 14 às 16 horas — FONE 21-82-82



O rio Piracicaba: águas sujas e fedorentas que provocam protestos

Está morto o velho Piracicaba das toadas

— É mais fácil acabar com seu marido do que com a poluição do Rio Piracicaba.

Esse recado foi transmitido em tom ameaçador, por telefone, à mulher de Euclésio Buscarioli, assessor do prefeito de Piracicaba, cidade de 230 mil habitantes, a 160 quilômetros de São Paulo. Dias antes, a equipe do prefeito João Hermann Netto, do MDB, havia organizado o enterro simbólico nas águas sujas do Rio Piracicaba dos órgãos públicos estaduais responsáveis pelo saneamento básico e combate à poluição ambiental — Sabesp e Cetesb.

As ameaças, que não ficaram apenas anaquela recado, são um indício sério do nível exacerbado a que está chegando a luta de interesses em torno da poluição e da ecologia no Estado mais industrializado do Brasil. Na segunda quinzena de outubro, num jogo contra o Palmeiras, em São Paulo, o Prefeito de Piracicaba entrou em campo junto com os jogadores do 15 de Novembro, que mostraram à torcida e às câmaras de televisão uma faixa dizendo: — Estamos de luto pela morte do Rio Piracicaba.

A torcida aplaudiu. No dia seguinte, as ameaças ao assessor do prefeito continuavam. “Seu marido vai sofrer um grave acidente”, disseram por telefone à sua mulher.

Ao longo dos seus 185 quilômetros, o Rio Piracicaba — tema de várias canções sertanejas — abastece de água 52 cidades, que jogam nele os seus esgotos. Na bacia da região, estão instaladas 307 indústrias despejando detritos. Cortada pelo Rio, Piracicaba é a última cidade no seu percurso. Há 20 anos, diziam o que agora dizem do Guaíba: que não havia perigo. Hoje

dentro da cidade, as águas são escuras e fétidas. O teor de poluição e a variedade de detritos atirados em seu leito equivalem ao esgoto de 50 milhões de pessoas. E o cheiro de Piracicaba fica insuportável.

Foi num desses dias de maior fedor, em outubro, que a população da cidade enterrou a Sabesp e a Cetesb. Como a estação de tratamento de Piracicaba já não consegue fornecer água de boa qualidade à população, a Prefeitura está gastando Cr\$ 100 milhões para buscar água no pequeno Rio Corumbataí, a 12 quilômetros. Construída com recursos da própria Prefeitura, cujo orçamento de 1978 é de Cr\$ 344 milhões, a obra só ficará pronta em 1980.

Mas o Corumbataí também está ficando poluído. Na década de 80, então, Piracicaba, cortada em duas por um grande rio morto e fedorento, vai ter que buscar água no riacho Passa Cinco, a 27 quilômetros em linha reta. Até já existe projeto para isso. E isso talvez não seja o pior. Se o governador escolhido de São Paulo, Paulo Salim Maluf, perseverar em sua idéia de transferir a capital para o centro do Estado — por coincidência, Maluf possui duas grandes fazendas bem perto do marco central do território paulista —, a nova cidade poderá ser construída exatamente em cima dos mananciais de água potável que abastecem Piracicaba, São Carlos, Brotas, Araraquara e várias outras da região. Caso isso venha a acontecer, a alternativa de abastecimento de água deverá ser a construção de poços artesianos horizontais nas serras próximas a essas cidades — se as serras não forem terraplenadas ou coisa parecida.

Geraldo Hasse — São Paulo

Para onde foi a Ilhota?

O comercial da Prefeitura de Porto Alegre sobre o badalado Projeto Renascença, que as tvs estão mostrando, não deixa dúvidas quanto ao verdadeiro sentido do lema “O que Importa é a Pessoa”, adotado pela administração Guilherme Socias Villela. O filme deixa claro: o que importa são certas pessoas.

O filme de 30 segundos começa mostrando detalhes da favela da Ilhota; um feio amontado de barracos encravado numa área quase central da cidade, exatamente um dos pontos atacados pelo Projeto Renascença o ambicioso plano de recuperação urbana financiado pelo BNH. Estas obras já se sabe, beneficiaram diretamente a especulação imobiliária, valorizando-a a tal ponto que os moradores dos antigos prédios demolidos para a pas-

sagem das novas avenidas jamais conseguirão comprar apartamentos nesta área com o dinheiro que receberam de indenização por suas casas.

Na continuação do comercial, são mostradas obras construídas com recursos do Fundo de Garantia, que formam as reservas do BNH: avenidas, centro municipal de cultura, esgotos, tudo muito bonito. Os contribuintes podem respirar aliviados, a favela sumiu, o progresso chegou. Afinal, o que importa é a pessoa. Pelo menos algumas delas, pois o comercial nem de longe se preocupa em responder a primeira dúvida que surge na cabeça dos espectadores: e para onde foram as pessoas que moravam nos barracos da Ilhota?

Rosvita Saueressig



Morais e seu aluno: “Não insista”

É proibido falar em preso político!

O professor de Estudos de Problemas Brasileiros — Zeli Gonzaga Moraes — entrou rápido na sala de aula do Ciclo Básico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Antes de pousar sua elegante pasta executivo na mesa, já brandia no ar uma barra de giz: “Trouxe este giz especialmente para você tentar provar sua mentira. Caso não consiga, vou tomar minhas providências”.

Dirigia-se ao aluno Elimar Franco da Silva, que na aula anterior ousara afirmar que existem vários presos políticos cumprindo pena em Porto Alegre. O professor exigiu então que ele provasse, senão...

Elimar alega não ter nada a provar visto o assunto ser de domínio público, divulgado em vários órgãos de imprensa em diversas ocasiões e pede ao professor que especifique melhor sua ameaça. Mas aí Moraes atalha, brusco: “Tenho um assunto sério a tratar hoje e não quero mais falar em bobagens”. E, logo começa a falar ávido sobre “o passo de gigante que a Nação brasileira dará quando o presidente Geisel acionar a dinamite que dará início à construção da Usina de Itaipú”.

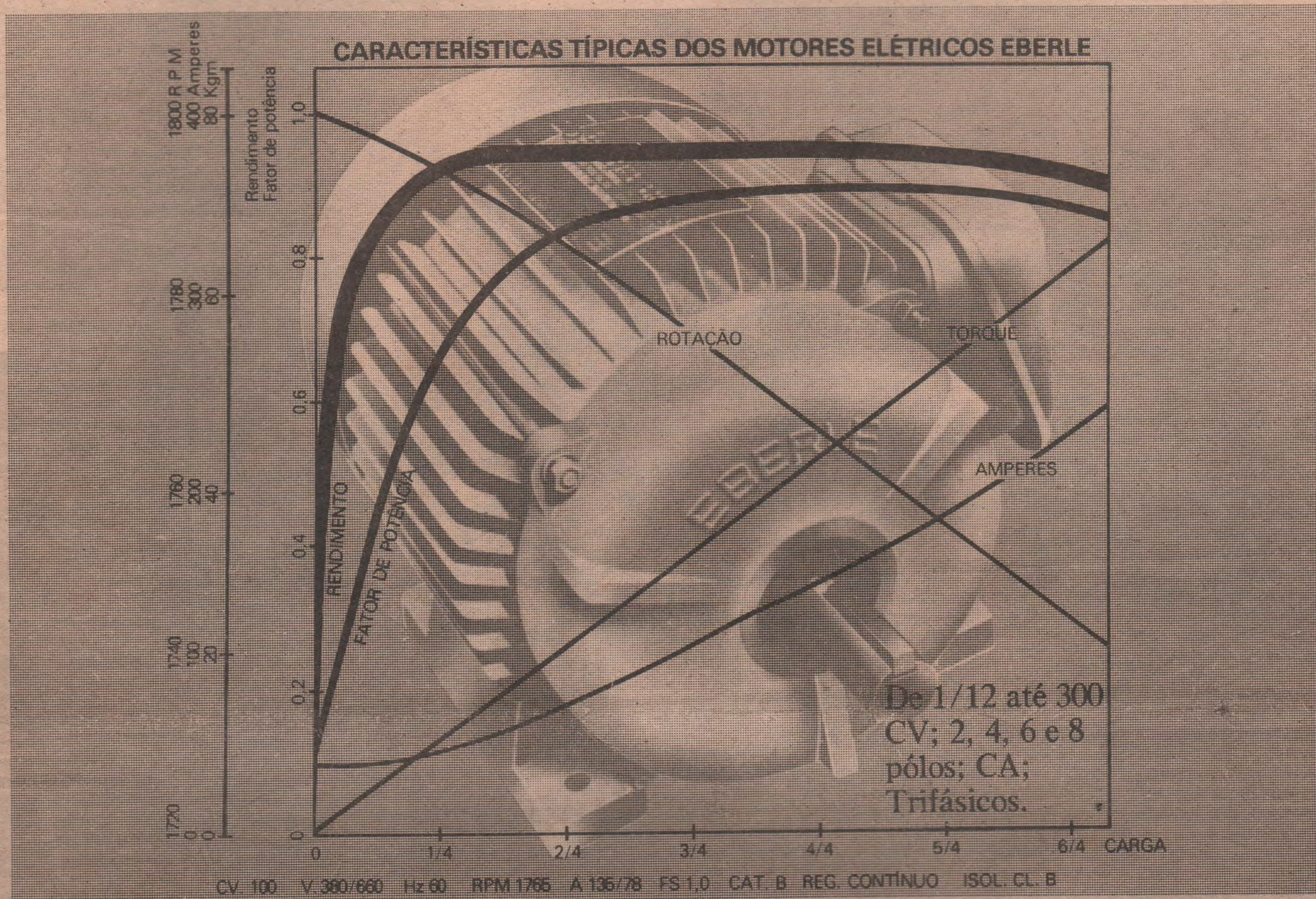
Depois de poucos minutos ele interrompe a aula “para permitir que vocês vejam esse fato fora de série na transmissão pela TV daqui a pouco”. Elimar ainda tenta voltar ao assunto, quer escrever a lista dos presos políticos no quadro. “Não insista, diz o professor porque senão terei que tomar uma atitude que não quero tomar”. Na saída da aula, ele nega ao *Coojournal* que tenha ameaçado o aluno.

Ex-candidato a vereador pela Arena nas eleições de 1976, ex-militar (“fui convocado durante a guerra e lutei contra os inimigos de hoje: os extremistas”) e atual advogado e professor universitário, Zeli Moraes admite que existem presos políticos, “mas não sem julgamento, como alega aquele rapaz”.

A lista que o aluno foi impedido de expor no quadro negro: João Firmino de Oliveira Medeiros (cumpre pena até 14/7/89 e está no Presídio Central de Porto Alegre); Nelson da Silva (cumpre pena até 9/8/83 e está na Penitenciária de Piraquara, Paraná); Antônio Cunha Lozada (pena até 21/10/83, está no Instituto Penal de Mariante, RS); José Lozada (pena até 2/12/86, está no Presídio Central de Porto Alegre); Sinia Venancio Cruz (pena até 2/12/83, está no Presídio Feminino Madre Pelletier); José Renato Fonseca Lopes (pena até 21/12/83, está no Presídio Central de Porto Alegre).

Angélica Moraes

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Eberle precisou desenvolver importantes aspectos construtivos:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto "rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 μ .

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80° para a classe de isolamento B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam

um desempenho superior.

Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.



O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS



EBERLE

2 anos de garantia

MATRIZ: Rua Sinimbu, 1670
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
End. Teleg. EBERLE
Fone: (054) 221-2511
Telex n.º 0542-155 MAEB-BR
PORTO ALEGRE - CURITIBA
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE - SALVADOR
RECIFE

Abertura, um jogo duro depois destas eleições

O 15 de Novembro distribui os cacifes para o jogo político do próximo ano. Só que as fichas — embora contadas — ainda estão misturadas. Num montinho, encontra-se um *chaguista* ao lado de um *autêntico*. No outro, um Teotônio Vilela com um Eurico Resende. De modo que a primeira maioria determinada pela contagem direta dos votos não é necessariamente a que comandará o jogo de 1979: as fichas certamente serão desmisturadas e rearrumadas em seguida, com o que se altera o peso de cada cacife. Esse processo requer mais tempo de decantação, mas alguns indícios concretos estão à mão e permitem ao menos formular as questões corretas.

A primeira delas: no próximo Congresso Nacional, que durante todo o ano de 79 legislará sem os constrangimentos da fidelidade partidária, se formará uma maioria mais conservadora ou mais progressista? Os termos são aqui tomados em sentido bem amplo: o conservador vai do centro para a direita; o progressista, do centro para a esquerda. E é nesse sentido que políticos e observadores tendem a crer que se formará uma maioria conservadora. Por uma estimativa simples: em condições normais, haverá mais conservadores no MDB do que progressistas na Arena.

Isso é relevante, pois o próximo Congresso — sobre o qual não pesará mais a ameaça de fechamento sumário via Ato Cinco — terá de votar logo, é inevitável, questões decisivas: a anistia, por exemplo, para citar apenas aquela que surge à mente mais imediatamente. Mas há mais, é claro: se a sociedade civil continuar torcendo o ritmo da abertura, o Congresso será levado a reformar todo o arcabouço político do País, das leis de greve e de segurança nacional aos colégios eleitorais biônicos. A Constituinte?

Veremos. Isso é mais para a frente.

Para já, podemos contar com uma importante alteração no quadro: as pressões da sociedade civil que até agora dirigiam-se (desafiavam?) quase exclusivamente ao núcleo de poder do regime, porque o parlamento fora posto em frangalhos, passarão a convergir para um Congresso revigorado por eleições novíssimas e pelo restabelecimento de garantias mínimas. E estará aí uma das originalidades disso que os brazilianistas chamariam de *transição à brasileira* de uma situação autoritária para uma democracia ou, mais modestamente, menos autoritária.

Teremos, de um lado, um Congresso reativado, depositário das fortes expectativas da sociedade que o elegeu, e, de outro, um núcleo de poder que se mantém intacto porque teve a esperteza de resolver primeiro a questão do poder, guardando-o para si, e só depois fazer a abertura ainda que gradual. Um presidente de seis anos,



22 governadores estaduais, 22 biônicos e a infinidade de cargos, vantagens e interesses que esses personagens acumulam nos seus cacifes para mandar e desmandar ou, conforme a situação, para compor e recompor — eis a verdadeira salvaguarda que esse núcleo do regime firmou para que a transição não lhe escape do controle.

Essa salvaguarda será mais ou menos eficaz na medida da maior ou menos disposição reformista (e de luta) do Congresso, que, de sua vez, estará reagindo aos influxos dos setores mais organizados da sociedade civil. A nível institucional, o *imbroglio* ficará mais ou menos assim: duas tendências básicas, uma conservadora, outra mais progressista, ambas com variados matizes, e um núcleo de poder que está obviamente à direita. E põe direita nisso.

A tendência conservadora deverá ser a majoritária, mas ainda assim sua efetiva força política dependerá da disposição de negociação e abertura do general João Baptista de Figueiredo, que estará então no exercício da chefia da Revolução e, pois, daquele núcleo de poder. É que essa tendência conservadora inclui os reacionários arenistas, a ala liberal (e, por isso, isolada) do chamado partido da Revolução e mais boa parte dos moderados do MDB. E esses dois últimos grupos, pela força mesmo de eleições recentíssimas, terão compromissos sérios com certas reivindicações cuja defesa os elegeu: terão compromisso com a anistia, uma lei de greve que garanta esse direito em vez de puni-lo, a liquidação de toda a bioncidade — de modo que só poderão compor uma ampla, e aí então poderosa coligação de governo, se esta de

alguma forma resgatar aqueles compromissos. E aí está outra vez a bola com o general Figueiredo.

Por exemplo: se ele puder patrocinar um projeto de anistia, então conseguirá que a maioria conservadora lhe forneça um projeto moderado; algo assim como uma anistia ampla, porém não irrestrita. Um benefício que excluiria os que de alguma forma se ligaram à guerrilha. Em qualquer de suas modalidades. Isso seria um limite aceitável para toda a ala moderada do MDB. Mas, na outra ponta, esse limite seria aceitável para o general Figueiredo? Um projeto de anistia assim necessariamente beneficiaria quase todos os cassados, de modo que, entre outros efeitos decisivos, não existiria mais nenhum obstáculo à plena atividade política de Leonel Brizola, que hoje, num certo sentido, simboliza e resume todas as grandes lideranças do exílio.

Naturalmente, a volta de Brizola não é a questão mais importante da República. É citada aqui como exemplo limite, a indicar que o general Figueiredo, para compor uma ampla coligação conservadora, terá de aprofundar a abertura que lhe deixou o presidente Ernesto Geisel. Terá de conviver com cassados, inclusive com aqueles que, como chefe do SNI, ajudou a cassar, terá de admitir que o Judiciário, os Legislativos e organizações civis iniciem a cobrança das responsabilidades por torturas.

Nas duas primeiras semanas de novembro, a assessoria do general Figueiredo e os políticos mais diretamente ligados a ele passaram o tempo todo garantindo que a abertura é para valer e que o general, à maneira de Eurico Gaspar Dutra (nunca se citou tanto o velho marechal), estava pronto a fazer as concessões necessárias para compor a coligação conservadora por cima da Arena e MDB. E especulavam, com seriedade, a respeito dos ministérios do MDB (Tancredo Neves, Thales Ramalho, os nomes mais óbvios) e das oposições não partidárias (por exemplo, nomes ligados à Ordem dos Advogados do Brasil e à Associação Brasileira de Imprensa) ou ao grupo de empresários que há dois anos vem reclamando uma abertura mais consistente.

É verdade que, paralelamente, o general Geisel empenhava-se na campanha da Arena à maneira dos velhos tempos: identificando Arena e Revolução, numa ponta,

e na outra MDB, subversão e contestação. E por certo o regime não faz acordos com a contestação. Talvez não sejam, afinal, tempos tão velhos assim.

Em todo caso, é muito possível que as duas posturas — os acenos à conciliação de Figueiredo e as advertências de Geisel — sejam uma combinação para efeitos eleitorais. E como a eleição gera compromissos, devemos admitir que as duas políticas ficam igualmente ao alcance das mãos: conforme a necessidade, apanha-se uma ou outra.

Do outro lado do espectro político, estará a tendência progressista cujo núcleo, ou mais propriamente, a vanguarda, seria o que até hoje denominamos de grupo autêntico do MDB. Inicialmente, de expressão reduzida no partido, o grupo cresceu nos últimos dois anos e não raras vezes deu a linha para todo o MDB, deixando a reboque a ala moderada, basicamente originária do velho PSD. Embora ainda seja prematura uma avaliação, parece que essa tendência progressista — que já não se resume ao primeiro grupo autêntico — caminha na direção de um socialismo ao estilo da Europa Ocidental, que também pode ser chamado *“trabalhismo de conteúdo social democrata”*, como fez o presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt.

A tendência é forte, mas sua direção política dependerá ainda de uma avaliação mais cuidadosa dos resultados do 15 de Novembro: se aumentar a quantidade e elevar a qualidade de sua representação parlamentar, essa tendência certamente vai encorpar e assumir o papel de verdadeira oposição política e ideológica. Nesse caso, ela ficará com o MDB ou, se isso não for possível, será a base de um partido trabalhista — o nome terá de ser esse mesmo, em vez de partido socialista ou social democrata, para aproveitar a tradição e a força da antiga legenda. Para Willy Brandt, aliás, um tal partido trabalhista no Brasil deverá ser, a médio prazo, a mais importante organização social democrata moderna fora da Europa.

Configurada essa alternativa — que é bastante viável — e formado um partido amplo, sólido, de centro-esquerda, que pleiteie não a derrubada do capitalismo, mas um capitalismo reformado com uma melhor e mais ampla distribuição de renda e benefícios sociais, então esse partido estreitará o espaço da coligação conservadora. Um partido trabalhista de centro-esquerda e prudente, moderado mesmo, poderá atrair boa parte dos atuais moderados do MDB, sobretudo se o general Figueiredo não quiser ou não puder aprofundar a abertura de modo a ampliar a coligação conservadora. E nesse caso, a direita e Figueiredo, com ela, é que correm o risco do isolamento.

São essas as alternativas postas à mesa de jogo. As jogadas de cada tendência terão o objetivo de isolar o adversário; ou seja, os conservadores tentarão isolar a esquerda, os progressistas procurando limitar a direita. Antes de uma avaliação mais detalhada dos mapas eleitorais, deve-se dizer que o general Figueiredo tem cacife para ampliar a coligação conservadora, vale dizer, para aprofundar a abertura.

O Exército, cujo anticomunismo e o medo da volta ao passado seriam os maiores obstáculos, está hoje dividido e uma das fatias, substancial, aquela que simpatizou com o general Euler Bentes Monteiro, quer precisamente concluir a abertura e retirar-se da cena política. Certamente, sustentará Figueiredo se ele marchar nessa direção. No momento, parece mesmo mais difícil para o general Figueiredo obter sustentação no Exército e fora dele para reverter as expectativas e aplicar um fechamento duradouro.

Quanto à tendência progressista e suas principais lideranças, precisarão demonstrar competência para se opor a uma presidência poderosa e que poderá ser muito atraente para os que estão no centro do espectro político. Não é adversário para se subestimar. Em qualquer caso, dificilmente essa tendência progressista será majoritária a curto prazo, mas se souber formar um partido mais de centro-esquerda somando trabalhadores e setores substanciais das classes médias, desempenhará um papel decisivo e influente na cena política.

Como se vê, iniciamos um período político movimentado, atraente e original. Temos poucas certezas, mas uma delas é esta: o capitalismo não corre riscos imediatos neste país.

DÉCIO FREITAS

Advogado

Av. Independência, 30 — Bloco B, ap. 1.403
Te. 24-64-86 — Das 15 às 19 horas



Num apartamento, nos arredores de Paris, os Tupamaros fazem uma autocrítica pública. Quatro integrantes da cúpula do movimento guerrilheiro mais famoso da América Latina falaram durante cinco horas para o *Coojornal*. É a primeira vez, depois de quatro anos de exílio que eles falam à imprensa, apesar da insistência com que os procuram jornalistas americanos, europeus e latinos.

Nem todas as perguntas foram respondidas. "Muitas feridas ainda estão abertas", dizem eles. Mas o conteúdo da entrevista é suficiente para provocar surpresa e frustração. Surpresa para quem esperava o anúncio de novas ofensivas revolucionárias. Frustração para os defensores da luta armada que verão os temíveis Tupas falando de eleições e democracia como velhas raposas políticas.

Eles vivem hoje espalhados pelos subúrbios das

capitais europeias — Londres, Paris, Estocolmo, Bruxelas, Genebra, Amsterdan. São dezenas, quase todos muito jovens, com idade em torno dos 30 anos e podem ser confundidos com qualquer tranqüilo cidadão europeu. São casais estáveis, cheios de filhos pequenos nascidos no exílio. Quase todos são bolsistas em alguma universidade europeia.

Convivi com eles também na Bélgica e na Holanda e encontrei *tipos* — como eles dizem — que na época eram considerados perigosíssimos. Conservam uma característica do tempo da guerrilha: o nome deles é difícil saber. Tiveram tantos nomes na clandestinidade que até agora se confundem entre si.

Hoje, fazem questão de se dizer ex-Tupamaros, pois estão revisando o passado e planejando voltar ao Uruguai.

Zélia Leal

EX-TUPAMAROS

ex-TUPAMAROS

Coojornal — Por que e em que condições surgiu no Uruguai o Movimento de Libertação Nacional — Tupamaros?

Tupamaros — O triunfo da revolução cubana teve uma grande repercussão nos meios de esquerda latino-americanos, principalmente devido a seu caráter inicialmente antidogmático e nacional. Foi justamente o impacto desta revolução sobre o Uruguai que deu origem à guerrilha urbana. É preciso esclarecer também que nesta época — início dos anos 60 — o Uruguai entrava no seu período de grande crise econômica e social. Também nesta época, um importante número de militantes de esquerda, principalmente dos partidos Socialista e Comunista, rompeu com o que passou a se denominar "esquerda tradicional". A posição doutrinária da esquerda tradicional foi considerada como *teoricismo* e ficou estabelecido então que o mais importante era agir. Por isso uma das primeiras palavras de ordem dos Tupamaros, como reação aos elos doutrinários, foi: "As palavras nos dividem, a ação nos une".

A adesão à luta armada como única via que tornasse possível a transformação, significava sem dúvida adotar da experiência cubana um aspecto que era específico deste processo e desta formação cultural e social. A história de Cuba, durante este século, era repleta de tiranias praticamente ininterruptas enquanto que a do Uruguai era exatamente o contrário. Mas esta adesão não é sistemática. A opção pela luta armada foi, acima de tudo, uma reação contra a incapacidade dos partidos da esquerda tradicional que era favorável às transformações radicais pela via parlamentar e incapaz de romper com a hegemonia dos partidos Blanco e Colorado.

Outro aspecto que leva os Tupamaros a escolher a luta armada é a reação a um Estado que começava a deixar as formas democráticas para adotar um sistema cada vez mais autoritário. Sem a menor dúvida, o surgimento dos Tupamaros contribuiu para a intensificação deste processo. Finalmente, a opção pela luta armada tem suas raízes históricas na insurreição do caudilho Aparício Saraiva. No início da crise, Saraiva representava o símbolo da revolta. O último grande caudilho das massas camponesas se levanta com a força da história e os Tupamaros assumem sua causa, suas armas e sua principal palavra de ordem: "Habra pátria para todos o no habra pátria para nadie".

As características do Uruguai durante os últimos anos da década de 1960 eram diferentes do Uruguai do início do século, quando viveu Aparício Saraiva. Esta compreensão foi a chave fundamental do fracasso posterior. Apesar disso, os Tupamaros conseguiram o que a esquerda tradicional não havia conseguido em 50 anos de existência: que o homem comum uruguaio os considerasse como um produto nacional autêntico e telúrico. Somente assim podemos explicar a irrupção de setores oriundos dos partidos tradicionais e de um grande número de jovens agrupados em torno dos Tupamaros, enquanto os partidos da antiga esquerda mantinham praticamente a mesma influência de antes da crise. O MLN, surgindo como um produto da crise, com uma visão histórica parcial, não compreendeu que a história moderna do Uruguai, apesar de suas limitações, determinava que as transformações deveriam ser realizadas com a participação ativa das grandes maiorias.

Coojornal — Do ponto de vista da população, como eram vistos?

Tupamaros — Até 1969, o MLN era um movimento interno, desconhecido da população. Havia pequenas aparições públicas até esta data. Os Tupamaros apareciam como um movimento militar que fazia seqüestros e tirava presos do cárcere. Mas de um modo geral a população não tinha noção da estratégia ou da política do Movimento. Havia certamente grupos de apoio, mas, jamais houve realmente uma mobilização popular ou manifestações de solidariedade. Em certos momentos sentíamos mesmo uma cumplicidade da população. Em todo o caso, se não havia apoio não havia também denúncias contra os Tupamaros.

Não se pode generalizar a opinião dos



Uruguai, 1970: paredes pichadas...



... o morto Dan Mitrión e...



... a polícia revistando casas

uruguaio na época. Havia um pouco de tudo: simpatia, indiferença e desacordo. Um caso concreto: quando os Tupamaros ocuparam uma instituição financeira na qual havia participação de grandes personagens político e empresários e denunciaram publicamente a corrupção, entregando registros de contabilidade e documentos à Justiça, houve apoio total da população. Mas as ações violentas em geral eram condenadas. Para a mentalidade popular, a morte por razões políticas era inadmissível. O caso Dan Mitrión é um exemplo típico disso. A morte de Dan Mitrión — mesmo após a revelação pública de sua verdadeira identidade de funcionário, de um aparente inofensivo organismo norte-americano mas a serviço da Cia — criou um muro de isolamento entre os Tupamaros e o povo.

Coojornal — Os Tupamaros pretendiam realmente tomar o poder através da guerrilha? Ou a luta armada era apenas uma estratégia visando transformações políticas?

Tupamaros — Podemos sintetizar esta resposta numa frase que figurava em um dos últimos documentos dos Tupamaros

(documento nº 5): "Soubemos formar um aparelho armado operacional mas não sabemos como nos servir". Não sabíamos como encontrar um consenso com a população para realizar as transformações necessárias. E era este justamente o grande problema político do momento. E foi ainda por não ter encontrado solução para este problema que os Tupamaros foram destruídos. Na estratégia dos Tupamaros havia a formação de um movimento armado, forte, que poderia mesmo tentar destruir o Exército oficial. Aliás, isto foi efetivamente tentado. Mas não havia, mesmo nos documentos, uma noção muito clara da maneira como seriam desenvolvidas as mudanças revolucionárias. Havia outro documento que dizia também, que não sabíamos se a tomada do poder seria um fenômeno de insurreição popular e espontâneo, nem momento preciso ou uma guerrilha de longa duração.

Coojornal — Mas havia ou não um programa político do governo?

Tupamaros — Sim, havia um programa político que foi publicado em 1970. Mas era muito geral, nada de específico. Tratava de certas questões econômicas,

como por exemplo a nacionalização dos bancos, do comércio interior e da reforma agrária. Do ponto de vista político, propunhamos o desenvolvimento da democracia. Um "movimento nacionalista de inflexão socialista" era a definição ideológica do MLN.

Coojornal — Como assim, poderiam explicar melhor?

Tupamaros — Mais que as definições, as características do Movimento explicam melhor esta ideologia. Dentro do Movimento havia uma definição estratégica que chamávamos "movimento nacionalista de inflexão socialista". Na verdade nosso movimento era super-heterogêneo. Agrupava várias tendências e uma grande diversidade ideológica: havia marxistas, nacionalistas, católicos, etc. Já dissemos que nossa divisa era esta: "As palavras nos dividem, a ação nos une".

Coojornal — Como é que apesar das divergências vocês conseguiram criar um consenso revolucionário e militante favorável à guerrilha?

Tupamaros — É preciso retornar às condições históricas dos anos 60. Na época havia um contexto político dentro do qual as soluções eram buscadas através do debate e da luta política. Com a crise dos anos 60, começaram a aparecer os verdadeiros sintomas da ineficiência dos partidos políticos e a corrupção do poder. Esta foi uma das principais razões, que levaram os jovens a perder a esperança de ver os problemas nacionais solucionados pelos partidos. Os jovens não acreditavam mais nas soluções pelos caminhos tradicionais da política. Restava a possibilidade da formação de uma força de luta capaz de combater a corrupção, a injustiça e resolver os problemas econômicos e sociais.

Coojornal — Se este era o quadro dos anos 60, o que os leva a crer que, uma vez restabelecida a democracia no Uruguai, as formas clássicas políticas serão eficazes?

Tupamaros — Em primeiro, lugar digamos que o golpe de estado no Uruguai não começou em junho de 1973. Já se cumpriu apenas uma fase a mais de um processo que havia começado seis anos antes, quando ao morrer o presidente eleito, em 1966, Oscar Diogo Gestido, assumiu a presidência Jorge Pacheco Areco. Foi sob o mandato de Pacheco Areco que se desencadeou a grande crise econômica e social do país. As lutas populares, opondo-se ao crescente deterioramento do nível de vida do povo, explodem como nunca havia acontecido antes na história do país. A resposta do governo é a repressão, a limitação e o cerceamento das liberdades e da democracia. A imprensa é censurada e enclausurada. Instauram-se medidas rápidas de segurança cuja aplicação permite ao Executivo prender qualquer pessoa sem nenhuma intervenção possível da Justiça. Militarizam os funcionários públicos. Morrem os primeiros estudantes, assassinados nas ruas pela polícia. Quer dizer que, na origem dos Tupamaros e como marco constante de sua trajetória, encontramos uma crescente deterioração da democracia e das liberdades.

Nas eleições de 71, Pacheco Areco apresenta-se à reeleição e é rechaçado pela ampla maioria. Já ele recorre à fraude eleitoral para que seu protegido Juan Maria Bordaberry seja eleito em detrimento do candidato mais cotado a nível nacional, o senador Wilson Ferreira Aldunate. Foi a primeira eleição fraudulenta do Uruguai moderno. Os padrões eleitorais não haviam sido atualizados há mais de 20 anos, por isso se pensava que o número de habilitados dificilmente poderia ultrapassar 85% dos eleitores. Mas na hora de efetuar a recontagem dos votos, chegou-se a surpreendente cifra de 105%.

Bordaberry foi o continuador da política antidemocrática e repressiva de Pacheco Areco e é quem permite a "irresistível ascensão" dos altos comandos militares até as mais altas esferas de decisão. E são justamente Bordaberry e os militares que dissolvem o Parlamento — quando este é majoritariamente contrário ao Executivo —, suspendem os direitos dos partidos políticos tradicionais e põem na ilegalidade os partidos de esquerda. Durante as administrações Pacheco-Bordaberry, a corrupção política é um ponto marcante.

Este é um dos aspectos que contribuiu ao

ex-TUPAMAROS

surgimento dos Tupamaros e será retomado como bandeira pelos militares para atacar toda a sociedade política em seu conjunto. É pois a ditadura quem, desde a sua instauração, disse que a democracia, os partidos políticos, as eleições, o parlamento não são eficazes para resolver os problemas do país.

Sobre a pergunta se a democracia será eficaz para resolver os problemas do Uruguai, não somente afirmamos que sim como também nesta resposta incluímos um grande não a todo tipo de governo autoritário e ditatorial. Acreditamos que a participação livre e ativa do povo é a única via para garantir as transformações e o desenvolvimento progressista da sociedade.

Coojornal — Pelo que se pode deduzir, vocês pensam adotar agora uma estratégia democrático-nacionalista. Continuarão na clandestinidade ou pedirão a legalidade?

Tupamaros — A ditadura militar, que nasceu no maior dos isolamentos políticos e que a medida que passa o tempo é abandonada paulatinamente pelos poucos civis que começaram apoiando-a, tem um prazo de existência muito curto. Um sintoma claro de sua decomposição e desespero são os fatos acontecidos nos últimos dias no Uruguai. Estes crimes abomináveis — referem-se ao envenenamento da mulher, do dirigente político Mário Heber — que nos fazem retroceder aos tempos dos Borgias e os assassinatos cometidos por cérebros enfermos, dão a tônica — não da fortaleza do regime pelo terror semeado entre a população, mas sim de que se encontra em seu período de estertor. Hoje no Uruguai, um bando de elementos ilegais, de criminosos marginais que estão contra a justiça, detêm o poder, enquanto quem lutou pela legalidade e justiça é perseguido. Como disse há alguns dias o senador Ferreira Aldunate — dirigente da força política mais importante do país —, em entrevista publicada no jornal Le Monde, a

existência como vida própria em nosso país está em perigo na medida em que não são restabelecidas as liberdades democráticas.

Coojornal — Os Tupamaros, em dado momento, eram vistos como um modelo revolucionário para os jovens latino-americanos. Hoje, com posições políticas completamente modificadas, o que os Tupamaros têm a dizer a quem acredita na luta armada como forma de promover transformações sociais?

Tupamaros — Em primeiro lugar, a experiência nos ensinou que não existem modelos prontos para transformar as distintas sociedades. Antes de chegar à Europa, estivemos na Argentina. Ali conhecemos uma experiência viva de uma parte dessa juventude que, como você disse, nos viu como modelo. Impotentes, assistíamos aos fatos se encaminharem para o desfecho que tiveram. Era como estar assistindo a um mesmo filme pela segunda ou terceira vez. Em segundo lugar, a prática nos levou a constatar que a luta armada não é a única forma de promover transformações na sociedade. A experiência nos levou a considerar que, ao adotar aquela posição, bloqueamos as possibilidades de desenvolvimento das transformações que a sociedade uruguaia precisava e precisa. Ou ampliamos, como contrapartida, as vias para que se abra caminho às forças mais retrógradas.

Numa sociedade como a nossa, com uma democracia política praticamente ininterrupta por quase todo este século, o confronto armado para definir diferenças de idéias políticas, é visto pelo homem comum como algo que não pertence à sua época, como algo alheio ao clima em que se estabelecem as relações políticas no Uruguai deste século. O uruguaio se comovia profundamente diante dos acontecimentos que ocorriam no mundo, quando havia violência e os homens precisavam morrer para defender suas idéias. A tortura, o assassinato político ou mesmo o exílio

eram vistos como feitos bestiais, muito distantes na história do país.

Não acreditamos, que isto seja, como alguns podem dizer, um adormecimento das consciências... É um elevado estágio da vida civilizada. É compreensível, claro, que em sociedades embrionárias — onde as aspirações das maiorias tenham sido afogadas por dezenas ou centenas de anos — os oprimidos que se levantem com os mesmos meios pelos quais foram subjugados: não têm possibilidade de escolha. Mas, é história de nossos dias, é difícil para um regime nascido por via violenta poder governar sem fazer uso da violência.

Coojornal — Vocês citaram trecho de uma entrevista de Wilson Ferreira Aldunate para dizer que concordavam com sua opinião. Há um projeto político de ação conjunta?

Tupamaros — Não. Até o momento um número importante de ex-integrantes do MLN no exílio, tem-se ocupado em discutir e trocar opinião sobre a história do Uruguai e seu futuro. É necessário levar em conta que o movimento que integramos era uma forma primordialmente juvenil — a maioria dos integrantes não passa dos 30 anos — e que fomos impulsionados, em idade muito tenra, à arena política. Assim ocorre que, com alguns anos no exílio e através da reflexão, nos encontramos redescobrimo um Uruguai que não conhecíamos. Então nos apercebemos que os impulsos juvenis — apesar de serem valiosos pelas idéias generosas e a entrega desinteressada — não bastam para levar adiante transformações que a sociedade requer. Em primeiro lugar, é necessário conhecer profundamente a sociedade, para propor transformações possíveis de serem realizadas sem que elas provoquem um corte abrupto na história.

As tradições políticas são um grande peso no Uruguai e o encontro com elas é condição indispensável para conduzir as mudanças progressistas. Engana-se quem pensa que foi só o povo uruguaio que desde

27 de junho de 1973 condenou a ditadura, pois atrás dele se erguiam gerações e gerações. Ali também estavam José Artigas, Varela, Rodó, Saravia, Batlle, Herrera. Quer dizer, nossas tradições políticas são tradições de progresso, revolucionárias no plano das idéias. E se hoje a maioria dos uruguaio vê na figura de Wilson Ferreira Aldunate o representante de seus mais altos interesses e idéias, é porque ele é a continuação dessas tradições. É por essa razão que a ditadura, no ano de 1976, tentou assassiná-lo em Buenos Aires, quando seqüestrou e matou a Toba Gutierrez Ruiz, Zelmor Michellini e aos nossos companheiros William Whitelaw e Rosário Barredo.

Estes crimes monstruosos nos levaram à reflexão mais profunda. Porque Toba era dirigente do Partido Nacional e havia dado seus primeiros passos em política ao lado de Luiz Alberto de Herrera (*). Zelmor Michellini ao lado de Luiz Battle Berres (**), Rosário e William tinha partidado desde muito cedo da revolta dos Tupamaros e depois da derrota, foram os primeiros a tentar encontrar lições de tudo o que acontecera, para encontrar outros caminhos mais frutíferos. Este assassinato bestial se transformou, para nós, num símbolo que guiará nossas vidas e nossa atividade futura, no que se refira à imprescindível unidade de passado, presente e futuro.

Hoje não temos, concretamente, nenhum acordo político de ação conjunta com Wilson Ferreira Aldunate. Até o momento, tem sido as nossas próprias vidas e o caminho dos nossos pensamentos que têm convergido. E nesse sentido, não é arriscado pensar que num futuro não muito distante somemos nossas forças em favor da reconstrução do novo Uruguai — um Uruguai de Liberdade, Justiça e Paz.

** — Os dois últimos grandes caudilhos modernos dos partidos tradicionais, Nacional e Colorado respectivamente.

Um movimento camponês que chegou à guerrilha urbana

O movimento guerrilheiro que celebrou-se com o nome de Tupamaros surgiu nos primeiros anos 60, na fronteira do Uruguai com o Brasil e a Argentina, a mais de 500 quilômetros de Montevideu. Raúl Sendic, então um jovem — hoje está com 46 anos — advogado do sindicato dos plantadores de cana-de-açúcar, foi quem organizou os primeiros quadros que nos 10 ou 12 anos seguintes se transformariam num enorme e bem-organizado exército de guerrilheiros urbanos.

Os Tupamaros — homenagem ao chefe inca Tupac Amaru, que lutou no Peru contra a invasão espanhola — alcançaram os centros urbanos já sob uma sigla mais pretensiosa: Movimento de Libertación Nacional. Até 1968, mais ou menos, os Tupamaros tinham a fama de guerrilheiros românticos, lutando contra distorções sociais de um país que vivia na mais estável democracia da América Latina. E o que fora inicialmente um movimento de trabalhadores rurais, chegava com outra roupagem ao único grande centro urbano do Uruguai: Montevideu, a capital.

Promoviam assaltos a bancos ou a grandes empresas e divulgavam comunicados que eram recebidos com simpatia pela população uruguaia, seqüestravam autoridades cujos resgates eram negociados. Foi a partir de 68 que tiveram os primeiros confrontos com a polícia, com baixas do lado desta. O primeiro Tupamaro morto em combate foi Flores Alvarez, no final de julho de 1970. Foi nesse período de julho/agosto que os Tupamaros fizeram os dois seqüestros de maior repercussão na América Latina e no mundo inteiro: o do cônsul brasileiro Aloísio Dias Comide — libertado mediante pagamento de resgate — e o do funcionário norte-americano, Dan Mitrone, acusado de pertencer ao quadro CIA e assassinado no cativeiro.

Foi ainda em agosto que a polícia uruguaia conseguiu prender Raúl Sendic — junto com mais oito companheiros. O assassinato de Dan Mitrone e outras ações sangrentas em que se envolveram os



Raúl Sendic, o líder dos Tupamaros

guerrilheiros, estreitou o campo de manobras dos militantes do MLN. A polícia havia sofrido sucessivos reveses e passado por alguns episódios que comprometiam a sua eficiência.

Por exemplo: no dia 5 de setembro de 1971, numa ação em que foram recrutados nas ruas de Montevideu 14 veículos — dois ônibus, dois caminhões, nove automóveis e uma lambreta —, os Tupamaros libertaram 106 companheiros do presidio de Punta Carretas, entre eles Raúl Sendic. Num trabalho de três meses, os Tupamaros haviam construído um túnel de 40 metros, perfurando as paredes de 36 celas, por onde fugiram.

Caiu a suspeição sobre a polícia e nos tempos seguintes o Exército declarou-se em guerra contra os guerrilheiros. Os principais líderes do movimento foram mortos ou estão presos em alguma unidade militar do Uruguai. Entre eles, Raúl Sendic, que foi ferido na cabeça ao ser capturado e — segundo sucessivas denúncias dos últimos tempos — seu estado de saúde é extremamente delicado.

REPORTER ESPECIAL

O JORNAL DAS DENÚNCIAS,
AO COMPLETAR UM ANO DE ATIVIDADES
NA IMPRENSA BRASILEIRA,
TEM A CORAGEM DE APRESENTAR
SUA EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO.
MAIS DENÚNCIAS, MAIS PÁGINAS
E O MESMO PREÇO: Cr\$ 10,00.



MARGEM EDITORIA E PROGRAMAÇÃO GRÁFICA LTDA.
RIO DE JANEIRO: R. MIGUEL COUTO, 134 - COM. 1101/1104 CENTRO 20000 RJ
SÃO PAULO: R. JAGUARIBE 25 - COM. 31 - CEP 01224 SP



Libertad: ao fundo, o edifício de cinco andares; em primeiro plano, um dos cinco pavilhões de presos

TERRIBLE LIBERTAD!

Como funciona um presídio em que a destruição dos presos é minuciosamente planejada

A 50 quilômetros de Montevidéu, numa área de 70 hectares guardada por uma cerca dupla de arame farpado, ergue-se um dos mais sinistros presídios da América Latina: Libertad.

É, aparentemente, um conjunto comum — um prédio principal de cinco andares assentado sobre quatro colunas de seis metros de altura, e, em torno cinco pavilhões com aparência de silos. Por dentro, porém, Libertad apresenta características muito especiais. Os 1.300 presos políticos que abriga vivem num regime de reclusão minuciosamente organizado, com assessoria de especialistas estrangeiros. Um programa de repressão psicológica voltado para a destruição ou desequilíbrio da personalidade dos presos.

A história do presídio começa em 1933, quando o ditador Gabriel Terra mandou construir uma prisão modelo para presos comuns. Ficou inacabado até 1972 quando as obras foram retomadas já com a idéia de uma prisão política vinculada ao Exército. Os relatos sobre este cárcere têm sido esparsos, contados pelas únicas pessoas, que a ele podem ter acesso: os presos políticos.

Mas o que pouco se sabe dele, neste curto espaço de seis anos, já lhe garante um lugar especial na história da repressão política do continente.

No começo de 73, com o prédio ainda inacabado, chegaram os primeiros presos. Um deles era William Quintero de Vasconcellos, na época com 21 anos, militante do Movimento de Libertação Nacional (tupamaros). Ele ficou cinco anos em Libertad, até 19 de julho deste ano quando foi posto em liberdade. No mês passado, soube que seria reinquirido e que poderia retornar à prisão e, então, como fizeram muitos conterrâneos seus, saiu do Uruguai com a mulher — que também cumpriu pena em Punta Rieles, uma prisão para mulheres — e uma filha pequena. Entrou pelo Rio Grande do Sul e no final de outubro pediu asilo no Comissariado da ONU, no Rio. O que publicamos a seguir é um relato que ele, já a caminho do exílio, fez para o Coojornal:

O regime de prisão em Libertad é bastante original, sem dúvida inspirado em campos de concentração. Tem capacidade para 1.300 presos e permanece sempre lotado. Movimenta um efetivo militar de 0,7 pessoa por um preso, quer dizer, aproximadamente 900 militares — incluindo pessoal que tem trato direto com o recluso, pessoal de administração e guarda externa — para cuidar dos 1.300 reclusos.

O conjunto de barracas foi inaugurado no dia 1º de maio de 1973 com um critério de seleção: ficavam nas barracas aqueles presos que tinham menor responsabilidade penal. Com o tempo, cresceram as necessidades de espaço e o critério foi alterado, chegando ao ponto de a ocupação das barracas ser indiscriminada. Com a mudança, logicamente veio também alteração da política interna. De um regime relativamente liberal, passou-se a uma política mais dura: medidas repressivas sistemáticas, cuidados com comunicações e intercâmbio de informações. As barracas não têm autonomia, mas têm um diretor — um major — e corpo de segurança específico que cuida desses 400 presos.

No edifício, os cinco andares foram ordenados seguindo um critério de ocupação de acordo com as responsabilidades penais. O edifício é um retângulo, dividido em dois setores de cárceres pelas dependências administrativas. Os setores são denominados A e B. No segundo piso estão alojados os presos considerados mais perigosos, aqueles que têm penas maiores. O setor B tem 25 celas, com um preso em cada uma delas, que têm direito a uma hora de recreio por dia. No setor A, outras celas, com o mesmo regime de recreio, mas a diferença é que os presos estão a dois nas celas.

Depois, seguindo essa ordem de periculosidade, há o primeiro piso, que é disposto absolutamente igual ao segundo: 25 celas em cada ala, dois em cada cela. O terceiro foi reservado para alojar os presos que estavam dispersos por outras cadeias do país e vão sendo trazidos a Libertad. É uma forma de evitar que eles entrem em contato com os demais presos, pois normalmente trazem informações de fora. O quarto e o quinto, também divididos em dois setores de 25 celas, são iguais: alojam presos considerados de menor responsabilidade.

O regime de detenção é muito especial, porque o pessoal que está preso é muito particular. É gente que está detida por motivos políticos. Quer dizer, ninguém agiu

em benefício pessoal mas em benefício de uma organização política. Ademais, é um pessoal que teve acesso a uma instrução cultural de bom nível — secundaristas, universitários, profissionais liberais, operários especializados. Então, a repressão foi orientada fundamentalmente no terreno intelectual. Podemos definir como critério geral da repressão em Libertad, a destruição sistemática da personalidade dos presos visando a destruir seus valores pessoais e evitar que continuem funcionando como agentes políticos inclusive dentro da prisão.

Repressão orientada

Uma política centrada na destruição de todos os elementos que sustentam a personalidade do preso. Vai-se criando uma situação de neurose progressiva que faz com que o preso não possa pensar, que não possa funcionar intelectualmente como uma pessoa normal. A população carcerária vive mergulhada numa situação patológica. É fácil comprovar: basta levantar uma estatística elementar do consumo de psicotrópicos e tranquilizantes menores, para verificar o desequilíbrio de um grande número de presos que estão em tratamento psiquiátrico, inclusive pessoas que consomem tranquilizantes da família das drogas poderosas.

Ao largo de todos esses anos, eu penso que esse trabalho de destruição deu resultado aos militares. Possivelmente não tenha chegado aos 100% do ponto de vista da neutralização política, mas seguramente atingiu uns 70% desse objetivo. Quer dizer 70% dos reclusos são atingidos. Essa destruição é construída levando o indivíduo a um isolamento quase total — a falta de contato, a desinformação sobre a realidade diferente daquela da prisão. Essa falta de informação ainda é acentuada por uma má informação ou uma informação tendenciosa, orientada fundamentalmente para desinformar. Assim cria-se no preso uma enorme insegurança, pois ele não pode confrontar os dados que lhe alcançam para poder situar-se.

Se verificamos a relação que tem o preso com o mundo exterior, vamos verificar essa realidade. O preso tem uma hora de recreio e nessa hora tem que tentar comunicar-se com o resto dos presos. A cada 15 dias, tem direito a 45 minutos de

visitas familiares. Agora, qual é esse regime de visitas? Os presos recebem as visitas num local chamado *locutório* (parlatório), à frente do edifício. É um local que tem um divisor de vidro que sobe até o teto e o preso se comunica com seu familiar por telefone. Quer dizer, não existe nenhum contato direto entre os dois. Preso e familiar não podem se afastar de temas estritamente familiares, porque a conversa é interceptada.

A outra relação do preso com o exterior é uma carta, que teoricamente seria semanal. Mas o máximo a que se tem chegado é uma carta a cada 15 dias. Teoricamente, uma vez por semana ele poderia escrever duas folhas separadas e receberia também duas cartas. Mas o preso tem uma caixa postal e a cada um deles corresponde um censor. O censor não tem tempo de censurar todas as cartas — que devem também tratar só de assuntos familiares — e a correspondência atrasa, fica amontoadada e é destruída.

Uma casa bonita: salas de castigo

A política de Libertad não é uma política arbitrária. Tudo está perfeitamente pensado, organizado e sistematizado. Existem assessores, psicólogos, psiquiatras, pessoal da *inteligência*, que estão permanentemente elaborando e cuidando dessa política. Periodicamente, ela é submetida a testes. Já é folclórico entre os presos os períodos de *afloje* (abrandamento) e de aperto. É um elemento de avaliação, para ver como está a situação. São pequenas válvulas de escape que permitem medir a pressão interna.

Quanto à situação material dos presos, não há carências. Quer dizer, os presos estão bem alimentados e são eles mesmos que fazem a alimentação com os elementos que lhes são fornecidos. A atenção médica é semelhante: são os presos médicos que atendem os outros presos, sob supervisão de um médico militar e, quando necessário, são levados a um hospital militar. Este seria o esquema geral, claro. Na prática, surgem falhas: períodos em que faltam medicamentos ou gente que precisa e não é levada a um hospital. Mas, sem dúvida, a situação geral da prisão é beneficiada pela vontade geral dos presos em fazerem algumas coisas.

Fora disso, há uma situação geral de

tensão, fruto dos componentes dessa neurose progressiva que se cultiva. Isto também é fácil de comprovar pelo número das pessoas que se suicidaram ou tentaram se suicidar em Libertad. Não tenho números percentuais e recorde particularmente de um suicídio ocorrido em julho de 1977, porque envolve um aspecto de Libertad que merece menção especial. É a sala de disciplina da prisão.

Olhando de fora do presídio, vê-se ao fundo uma construção tipo moderna, muito bonita, tijolo à vista. Se for observada mais detidamente essa construção — tipo um chalé —, vê-se que não tem janelas e que só tem uma porta de acesso. É basicamente um quadrado e o lugar onde estão localizadas 15 celas de isolamento (solitárias), distribuídas por três setores de cinco celas e sem nenhuma comunicação, com o exterior. Não há sol ou luz direta, a temperatura permanente é baixa (10 graus) e baixa mais durante o frio inverno do Uruguai.

São usadas como castigo, represália ou intimidação, em períodos que vão desde os 20 aos 90 dias. Foi aí que se deu o suicídio que mencionei. Era inverno e vivia-se um período especialmente notório de repressão. Na sala de disciplina só permitiam o uniforme, que é um macacão. Não davam colchão, dormia-se sobre o piso de mosaico. Essa pessoa que se suicidou — que chamava-se José Artigas, tinha 37 anos, mais ou menos, e gozava de boa saúde — chegou a essa situação por um processo de desespero. Estava bem quando foi levado à sala de disciplina e enforcou-se com o macacão.

Notícias para confundir

Libertad é original especialmente por isto: os presos estão bem alimentados, têm supostamente boa atenção médica, porém, é possivelmente o regime de reclusão mais reles do mundo. A destruição que fazem do indivíduo é total. Usam-se pequenos detalhes para manter a tensão. A batida na janela, por exemplo, é uma dessas técnicas. As celas têm aproximadamente 3m20cm por 1m80cm. Têm uma janelinha ao centro que abre e fecha por fora. O preso já vive em tensão permanente — as revistas nas celas são sistemáticas mas sempre feitas surpresa — e agregue-se a isto uma abertura violenta, a qualquer hora, dessa pequena janela, com uma batida metálica violenta.

Além disso, as sanções disciplinares somam-se como componente desse estado de tensão. As sanções podem ser por conversar durante a formação, por não estar com as mãos cruzadas às costas, desobedecer a forma como os presos devem andar. Por exemplo: andar com o bigode abaixo da linha do lábio superior, não estar bem barbeado. As sanções podem ser quatro ou cinco dias sem recreio até um período na sala de disciplina.

O recreio é de uma hora por dia. Nos dias normais, tem-se dois campos para jogar futebol, uma quadra de basquete e outra de vôlei. Os presos saem ao recreio, separados por setores, em coluna por um, com as mãos às costas. Quando chove, o recreio é feito numa rua interna, onde os presos caminham em coluna por dois, podem relaxar as mãos e são observados por guardas que se colocam em pontos estratégicos. É arriscado conversar, pois os guardas podem considerar o assunto inconveniente ou simplesmente desconfiar e chamar os presos a dar explicações.

Mais ou menos uma vez por semana, os presos descem ao terreno e, sentados aos chão, vêem um filme proporcionado pela administração. No começo, eram os próprios presos que conseguiam os filmes. Então se trabalhava com filmes do tipo cine-clubes, inócuos do ponto de vista político, ou supostamente inócuos. Mas chegou um momento que a administração interviu e passou a fornecer os filmes, que são antigos, alguns sobre temas da história, outros com algum interesse científico ou propagandístico de alguma embaixada.

Existe um sistema de biblioteca onde se pode pedir um livro por semana. A leitura, entretanto, está sujeita a uma censura muito rigorosa e até difícil de compreender. Por exemplo: estão censurados Proust, Victor Hugo e vários outros autores clássicos. O preso está autorizado a receber um livro por mês e também uma vez por mês pode receber um pacote enviado pelos familiares, contendo uma quanti-

“É um campo de concentração”, diz Quintero de Vasconcellos



dade determinada de erva-mate, açúcar, café, chá, doces. Mas o livro não pode vir junto com o pacote, pois deverá passar pela censura.

Então, se é difícil censurar uma carta, um livro cria muito mais problemas aos censores. Ele é estudado, pesquisado, analisado e pode ficar até seis meses com os censores. Todo o material que entra deve ser em espanhol e existem limitações: nada de Química, Física, Eletrotécnica, Filosofia, Psicologia. A História está sujeita a uma censura muito rigorosa e não entra nada de Economia, muito menos de Economia Política. Então, o preso que quiser estudar, pode estudar História — sujeita à censura — Matemática, Literatura — com todas as limitações dos livros censurados, entre os quais está uma grande parte dos autores uruguaios. Este o material de informação que pode entrar.

Depois existe uma rede de alto-falantes, pela qual divulgam músicas e informativos feitos pelas Fuerzas Conjuntas. É um informativo muito original. As notícias — algumas corretas e outras não; algumas parcialmente corretas — sempre estão dirigidas ao preso. Quer dizer, não são notícias divulgadas por sua notoriedade, mas sim para alimentar a desinformação. Os exemplos mais freqüentes são os problemas sino-soviéticos — que regularmente “recrudescem” — e as exportações do Uruguai. É inevitável que o Uruguai, todas as semanas, exporte alguma coisa, e isto figura sempre entre as notícias principais, tenha ou não sido feito a exportação. Às vezes, há várias semanas, estão exportando o mesmo produto...

Insetos e peixes são subversivos

Aqui há detalhes para os quais é interessante prestar atenção. O cinema e o recreio funcionam também para que se possa proibir alguma coisa. Se o preso está cumprindo sanção, não pode ir ao recreio ou ao cinema. Então, se não existisse recreio nem cinema, não haveria o que proibir, não haveria penalização. Por exemplo: os presos podem fazer trabalhos manuais em osso, madeira, couro, desenho para vender fora. No entanto, existe uma cuidadosa relação de temas que são proibidos.

Nenhum tipo de inseto pode ser usado. O peixe é altamente subversivo e ao fazer um se está incorrendo em pena de 30 dias de incomunicabilidade. Uma pomba, uma rosa, uma mulher grávida, um casal, uma mulher com uma criança, as mãos entrelaçadas, um punho cerrado, qualquer tipo de estrela (tenha as pontas que tiver) — tudo isto é proibido reproduzir.

Um major chamado Maciel, que foi diretor do presídio, foi quem introduziu e inaugurou as proibições, qualificando as penalidades decorrentes de sanções ideológicas. Segundo os critérios, há desenhos que contêm um alto conteúdo

ideológico. Uma mulher grávida, logicamente é um sinônimo de vida. Um peixe, suponho eu, não deve ser pela indústria pesqueira, mas pelo problema dos cristãos na perseguição. A pomba pode ser qualquer coisa: a liberdade, a paz. Quanto aos insetos, é um capítulo muito complexo. O conteúdo subversivo do mosquito, por exemplo, é muito difícil de determinar. Existiu numa época no Uruguai o plano de uma instituição política que se denominava genericamente *plano mosquito*. Supõem-se que o mosquito estivesse vinculado e então foi censurado. O resto dos insetos não sei. Não sei se eles se identificam, por exemplo, com uma lesma e sugerem perseguição. É muito complexo.

— Há algum tipo de violência física?

Não sistematicamente, mas há. Eu mesmo sofri violência. Foi um período de repressão muito forte e era em represália. Os reclusos começaram a adotar algumas pequenas medidas de resistência. Então, queriam saber de onde vinha essa resistência e elegeram alguns culpados que foram espancados. O responsável direto, na época, foi o major Ariel Monje, que era diretor de barracas e vivia permanentemente bêbado. Mas violência física não é uma prática freqüente, um tipo de sanção à qual são submetidos sistematicamente os presos. A violência, a tortura ocorre quando o preso está sendo interrogado ou reinquirido e aí ele é retirado da prisão para um quartel que ninguém sabe nunca qual é.

— Quem organizou Libertad?

É muito difícil de precisar como foi organizado esse sistema carcerário. Supõem-se que houve assessoramento externo, porque é uma coisa muito bem estudada. É de competência exclusiva do Exército. Creio que a polícia não participou, porque no começo a polícia estava sob suspeição de estar infiltrada pela subversão. Tenho informações de que existem cursos de reclusão para militares, de major para cima, que se especializam em reclusão. Sei de um coronel que confessou a uma outra pessoa haver feito o curso.

— Apenas pessoas envolvidas em organizações políticas estão processadas pela Justiça Militar e presas no Uruguai?

A situação atual do Uruguai é a seguinte: ou se está com os militares ou não se está com os militares. E digo que há uma só possibilidade, porque se você não está com os militares está preso. Mas não é necessário pertencer a uma organização política considerada subversiva para ser processado e preso. Há casos de pessoas processadas por escárnio, o que certamente é muito difícil de tipificar. No caso, a acusação é de que a pessoa riu ou provocou um ruído qualquer durante um ato patriótico, ou algo semelhante. Conheci outra pessoa que esteve mais de um ano presa, condenada sob a acusação de haver cantado com “ênfase demasiada ou intensidade especial” um trecho do hino nacional. No caso, essa pessoa teria dado um tom especial ao cantar aquela parte do hino do Uruguai que fala em “tiranos temblad” (tiranos tremei).

1700 Executive Bar Onde Começa o Seu Fim de Noite.



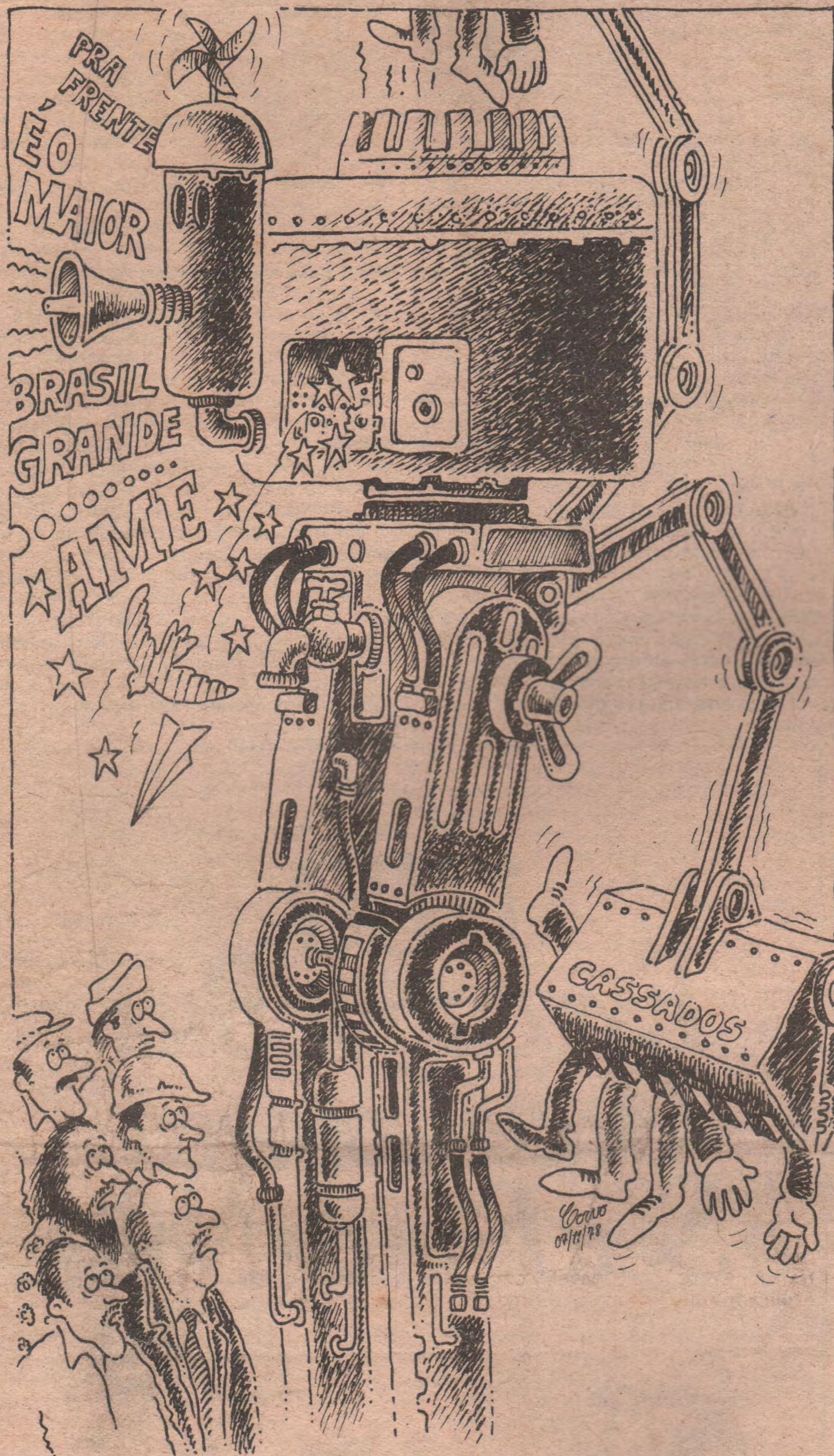
Um lugar tranqüilo em uma rua ainda mais tranqüila. Com música ao vivo, suave como a iluminação ambiente. Regado à bebidinhas nacionais e estrangeiras, com preços que não inflacionam seu bolso. E um atendimento que vai fazer você voltar sempre. Inicie seu fim-de-noite no 1700 Executive Bar.

O ponto de encontro das mais arejadas cabeças do Portinho.

1700 Executive Bar

Anita Garibaldi, 1700 - PA.
Abertura: 24/novembro/78 - 19:00 hs.

Newtype



1964-1974:

DEZ ANOS DE CASSAÇÕES NO BRASIL

LEGITIMIDADE E COAÇÃO NO BRASIL Pós-64, de Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, Forense, Cr\$ 100,00.

O Coojornal publicou há alguns meses uma reportagem de Hamilton Almeida Filho sobre o número de pessoas que perderam os seus direitos políticos ou foram punidas com a perda de cargos, devido à aplicação dos atos institucionais 1, 2 ou 5.

Na época que saiu a reportagem, Marcus Figueiredo já tinha apresentado sua tese de mestrado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, tendo por título *A Política de Coação no Brasil Pós-64*. Também Lúcia Klein, do mesmo Instituto, se interessara pelo problema e dele fizera objeto de uma tese: *Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade*. Os dois trabalhos tratam do período compreendido entre 1964-1974 e agora foram editados pela Forense, do Rio de Janeiro, com o título *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*.

POLÍTICA DE COAÇÃO

Marcus Figueiredo deixa claro não pretender explicar a realidade política brasileira à luz de alguma teoria. Ele parte de uma realidade, ou seja, o Governo instaurado, e enfatiza a coação, entre a série de medidas tomadas para consolidação no poder. Bem afirma Carlos Castello Branco no prefácio: "Havia uma população punível, que terá se esgotado em 1969, embora se mantenham em vigor os poderes discricionários para assegurar, pela coação, a submissão dos quadros políticos ao poder militar."

Para o autor, o Governo empregou tanto a coação explícita quanto a implícita. A coação implícita se manifestou em inúmeros atos, leis e decretos como que imantando qualquer cidadão, puxando-o de qualquer tentativa de quebra da nova ordem instaurada. Pela coação explícita,

o Governo aplicou os atos institucionais, cassando mandatos, suspendendo direitos políticos, aposentando, reformando, demitindo, destituindo.

A coação explícita atinge aqueles que de alguma forma atentaram (ou presumivelmente teriam atentado) contra a segurança nacional, a ordem política e social e a probidade administrativa. Além disso, o autor considera que as punições assumem um caráter preventivo.

Pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5 o Governo estabeleceu um ciclo de punições e onde quer que o indivíduo estivesse exercendo suas atividades políticas o poder coercitivo tinha o instrumento adequado para puni-lo. De início, as punições atingiram percentualmente maior número de militares do que civis; depois, a coação resvalou para as punições no campo político.

Ao todo, de 1964 a 1974, um total de 4.841 pessoas foram atingidas por algum tipo de coação, tendo sido cassados os mandatos de 18, suspensos os direitos políticos de 518, cassados ou suspensos 522, aposentados 1.124, reformados 844, demitidos 1.775 e destituídos 40.

O estudo de Marcus Figueiredo divide os dez anos de análise em três ciclos políticos com as tendências respectivas de coação. Segundo ele, houve um primeiro ciclo que esgotou a população punível e exerceu um efeito de demonstração sobre o resto da população: neste ciclo foram punidos 61,8% do total de 4.841 dos dez anos. O segundo ciclo de punições, de caráter complementar ao primeiro, puniu 6,3% do total; e finalmente o terceiro ciclo, que vem do conflito social e político nos anos 1967/1968: foi retomado o processo punitivo, sendo atingidos 31,9% do total.

Além disso, o autor faz um levantamento das punições segundo a natureza das ocupações dos punidos, posição social, ocupações civis, punições nas polícias civil e militar, punições nas Forças Armadas.

BASE DE LEGITIMIDADE

Com todos os ciclos de punições, que base tinha o Governo militar para se manter no poder? Em primeiro lugar ele tinha a força. E em segundo, ele procurava se legitimar, dentro da nova ordem legal estabelecida. Aí entre o trabalho de Lúcia Klein: "Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade".

A análise de Lúcia Klein se completa com a de Marcus Figueiredo, formando um todo que é o volume lançado pela Forense. A autora, sim, procura uma teoria que explique a legitimação do Poder instaurado depois de 1964. Para isso, ela vai buscar em Weber o conceito de carisma e o reformula, abandonando a concepção mais usual enfatiza a emergência de componentes carismáticas em diferentes esferas de um sistema. Em outras palavras, em vez de buscar carisma num líder procura manifestações carismáticas em diversas formas de atuação do Governo.

Com o golpe de 1964, passa a existir um vazio de legitimidade. Para preenchê-lo, os militares não buscam o voto popular nem cedem imediatamente à forte pressão desencadeada por grupos militares mais radicais. O Legislativo então é chamado a preencher este vazio de legitimidade, ratificando decisões do Alto Comando.

A partir desta situação, Lúcia Klein analisa o papel do Legislativo como legitimador, enquanto o debate político é transferido para dentro dos quartéis. Outro aspecto da legitimação do poder pelo Estado, analisado pela autora, foi a iniciativa de buscar o apoio da opinião pública, mesmo sem o canal natural deste apoio, que seria o voto.

Além da série de projetos impactos do Governo Médici, Lúcia Klein ressalta a utilização intensiva dos meios de Comunicação para a propaganda política bem como a própria despersonalização dos apelos em favor de uma ênfase à eficácia administrativa da revolução.

É por isso que os dois trabalhos se completam: de um lado o quadro das punições revolucionárias e, do outro, a busca de uma legitimação aos olhos de quem, pelo voto, não podia (?) legitimar. Em linguagem simples, quase jornalística, os autores conseguem fazer uma análise ampla dos últimos anos vividos pelo País. Muitas de suas citações, por outro lado, vêm de uma fonte jornalística: Carlos Castello Branco.

Sérgio Caparelli



Cooperativas e Capitalismo. A Experiência Alemã.

Erik Boettcher Walter Hamm
Friedrich Klein Harry Westermann

Eles estão descrevendo toda a experiência do cooperativismo alemão na busca da sua adaptação com o regime capitalista.

Uma publicação da CooJornal em convênio com a Fidene de Ijuí, com o patrocínio da Cotrijui.



"COLEÇÃO COOPERATIVISMO. SELO DEBATE Nº 1."

Preço de capa: Cr\$ 75,00

Solicite o seu exemplar pelo reembolso

Preencha este cupom e remeta para a CooJornal.

cooJORNAL Rua Comendador Coruja, 366/372
90.000 — Porto Alegre — RS

Nome: _____

Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

Assinatura _____

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o livro.



REGISTRO

DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, de Carlos Alberto Rabaca e Gustavo Barbosa, Editora Codecri. Primeiro dicionário brasileiro sobre comunicação, reunindo quatro mil verbetes. Os autores esclarecem que a idéia nasceu "não do acaso, mas das fecundas dificuldades vivenciadas ao longo de nossas experiências profissionais". Ilustrado com fotos e cartuns de Ziraldo, Luis Fernando Veríssimo, Nássara, Henfil, Jaguar e Millôr, entre outros. Dedicado "aos que se incumbem da grande tarefa de veicular a verdade como princípio de sua ética e de sua responsabilidade profissional".

MIL RAZÕES PARA VIVER (Meditações do padre José), Dom Hélder Câmara, Ed. Civilização Brasileira. "ótimo, que tua mão/ajude o vô.../Mas que ela jamais se atreva/ a tomar o lugar das asas..." Poemas escritos pelo Arcebispo de Olinda e Recife ao longo de sua vida, pela primeira vez reunidos em livro.

CABEÇA DE PAPEL, de Paulo Francis, Ed. Civilização Brasileira, 3ª edição. Primeiro romance do jornalista Paulo Francis, atualmente trabalhando como correspondente da *Folha de S. Paulo* em Nova Iorque. Tentativa de análise, através da ficção, das conseqüências do golpe militar de 1964 sobre a intelectualidade e burguesia da Zona Sul carioca, onde nasceu e viveu o autor.

A ORDEM PSIQUIÁTRICA: A IDADE DE OURO DO ALIENISMO, de Robert Castel, Graal Editora. O autor fez furor, recentemente, durante a realização do I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, no Rio de Janeiro, ao investir contra certos mecanismos repressivos adotados pela psicanálise tradicional. Neste livro, o segundo publicado no Brasil (o primeiro é *O psicanalismo*, da mesma editora), Castel desvenda "de que maneira um domínio das condutas sociais torna-se patológico e subordinado à medicina, não por obra e graça de um progresso do saber, mas pela inserção dos psiquiatras nas engrenagens do poder".

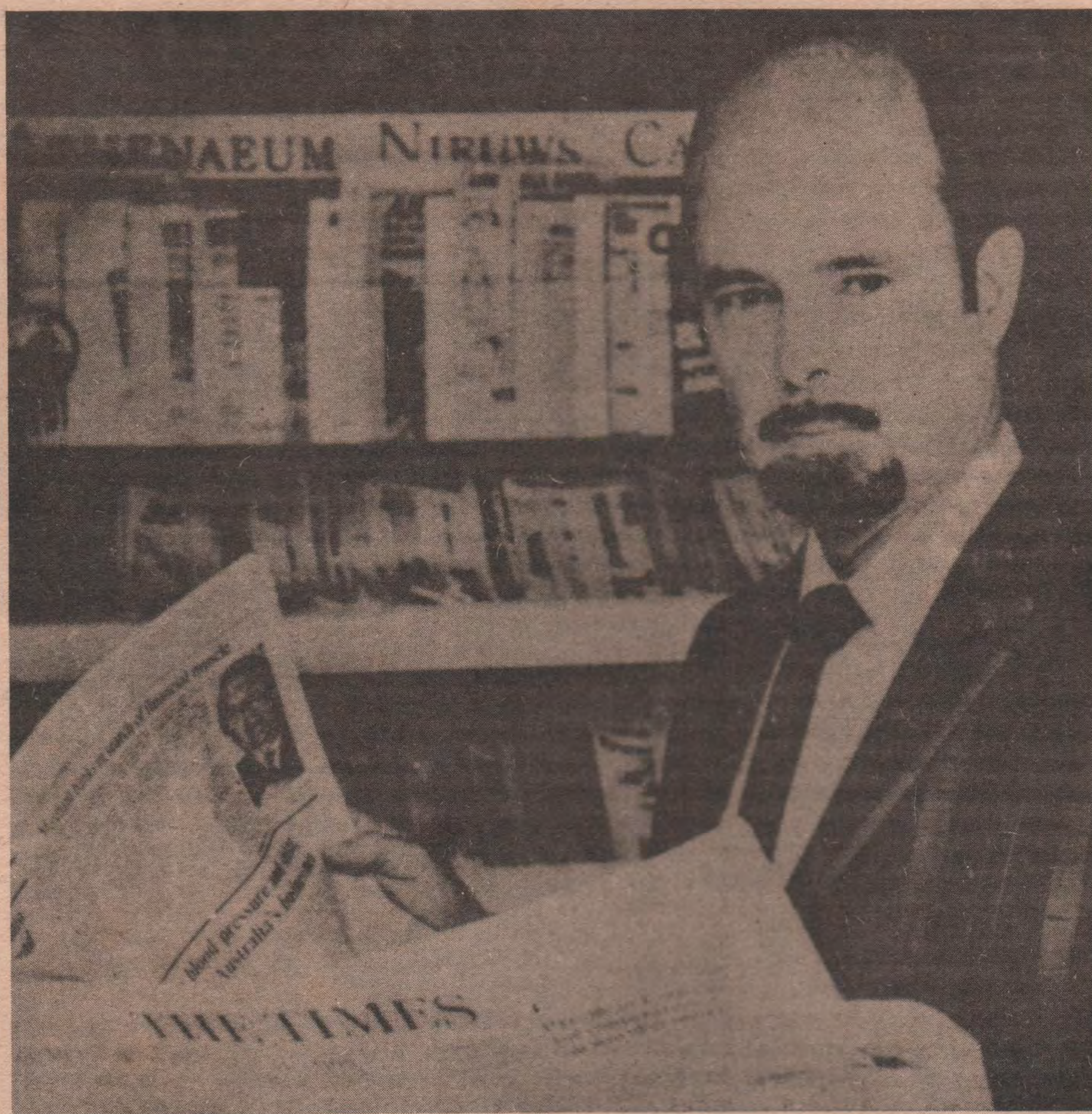
QUARUP, de Antônio Callado, Ed. Civilização Brasileira. Nova edição daquele que é considerado por muitos como o mais importante romance brasileiro da década de 60.

IDEOLOGIA E MOBILIZAÇÃO POPULAR, de Marilena Chauí e Maria Sylvania Carvalho Franco, ed. Paz e Terra. São dois textos distintos, inicialmente apresentados em seminários internos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, (CEDEC). O primeiro, de Marilena Chauí, faz parte de um projeto de estudo das representações e práticas autoritárias no Brasil a partir dos anos 30. O segundo, de Maria Sylvania Carvalho Franco, constitui-se de uma análise do livro *Iseb: fábrica de ideologias*, de Caio Navarro de Toledo.

NOSSOS ÍNDIOS, NOSSOS MORTOS, de Edilson Martins, ed. Codecri. Reportagens, entrevistas e artigos do repórter Edilson Martins, o único da imprensa brasileira que há oito anos dedica-se exclusivamente, aos índios. Como disse o sertanista Apoená Meirelles, "o autor é um jornalista comprometido com a causa indígena e, principalmente, com a verdade".

A FILOSOFIA E OS MITOS, de Georges Politzer, ed. Civilização Brasileira. Reflexões do pensador francês — preso e fuzilado pela Gestapo em 1942 — sobre o obscurantismo filosófico do nazismo.

TEORIA DA CULTURA DE MASSA, organizado por Luís Costa Lima. Com artigos de Abraham Moles, Paul Lazarsfeld, Robert Merton, Theodor Adorno, Marx Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, entre outros. Editora Paz e Terra.



AO PRIMEIRO TIRO, A VERDADE ESTÁ FERIDA!

A PRIMEIRA VÍTIMA ("O correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã"), de Phillip Knightley — Nova Fronteira, 562 páginas - cr\$ 250,00.

Entre novembro de 1917 e novembro de 1919, o *New York Times* noticiou 91 vezes que o recém-constituído governo bolchevique estava quase caindo ou já tinha caído. Chega a ser surpreendente constatar como mentem os jornais "sérios", deturpando e falsificando a verdade histórica quase sempre de forma impune.

Este livro é um esforço contra a impunidade. No título, uma autocrítica amarga do jornalismo dos últimos cem anos. É retirado de uma frase do senador Hiram Johnson: "A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade".

Knightley conseguiu fazer uma espécie de memória da reportagem moderna. Começa com o primeiro correspondente de guerra, William Russel, que cobriu a guerra da Criméia, primeira cobertura jornalística da história feita da maneira que hoje conhecemos, com correspondente enviando matérias regulares. E vem até a guerra do Vietnã, passando pela guerra da Secessão americana, as duas grandes guerras mundiais, a Guerra Civil Espanhola e tantos outros conflitos que marcaram a História recente.

O livro tem uma cronologia e um "enredo", que é a evolução e o amadurecimento da reportagem através do melhor assunto, que é a guerra. O autor recorda a frase famosa da Rainha Vitória ("A guerra goza de uma popularidade incrível"), mas mostra como as guerras são sujas apesar de embelezadas nos noticiários. Nos bombardeios de Londres, os ricos tinham bons abrigos com serviço cinco estrelas; aos pobres sobravam covas imundas com cheiro de urina. As guerras, como qualquer jogo, só dão lucros para quem está com a banca. Os melhores repórteres foram aqueles que souberam alertar a consciência dos leitores documentando a miséria das populações atingidas pelos combates, a morte, as doenças, o medo dos soldados. Foram aqueles que não se deixaram envolver pela propaganda oficial e souberam entender o significado do que viam.

Em 1917, na Revolução Russa, enquanto o *New York Times* e os correspondentes ocidentais em Moscou, solícitos à orien-

tação de seus governos, em vez de noticiar a revolução, lutavam contra ela em seus despachos, só uns poucos, como John Reed, compreendiam que era o acontecimento que mudava a história. *The Times*, de Londres, que faz parte daquela comunidade de jornais que tem seus nomes acompanhados por adjetivos graves como "austero" e "insuspeito", quando os delegados do Congresso Soviético falaram da "próxima revolução mundial, de que somos a vanguarda", perdeu a flegma britânica e recebeu num editorial: "O remédio para o bolchevismo são balas".

São 562 páginas construídas num texto elegante e direto, a partir de uma pesquisa minuciosa. Só as notas do autor sobre as fontes consultadas ocupam 21 páginas.

Pequenas historinhas e episódios isolados reconstituídos pelo autor, além de tornarem o texto agradável, completam e explicam a história maior. Como o drama

de Eddy Gilmore, correspondente da Associated Press, que cobriu a invasão da União Soviética pela Alemanha, na segunda guerra mundial, que enviava de Moscou tudo que conseguia saber sobre a guerra sob condições difíceis. Desde as dificuldades de sobrevivência, até a dificuldade para obter, redigir e enviar material sob uma rígida censura de guerra, preocupada em não permitir o "vazamento" de informações que pudessem ajudar os nazistas.

Mas a todo o esforço de Gilmore para fazer matérias completas e dar furos que de fato, eram históricos, recebia uma reação indiferente de sua redação que pouco se importava com as dificuldades e com o seu salário irreal para as circunstâncias — o mesmo de quando saíra de Nova Iorque. Então, no desespero, mandou uma matéria das margens do Volga, cuja substância se vê pelo assunto: "Os barqueiros do Volga jamais ouviram a Canção dos Barqueiros do Volga, melodia que tornou o Volga famoso nos Estados Unidos". A reação de Nova Iorque não demorou. Veio num telegrama entusiasmado: "Magnífica sua matéria sobre barqueiros do Volga ponto seu salário foi aumentado ponto saudações parabéns". Mas há outros casos exemplares. Quando as pessoas compravam pela manhã avidamente os jornais, no mais difícil da guerra, para saber se Stalingrado já caíra, certo repórter gastou 2500 palavras contando como vivia um correspondente ocidental na União Soviética. O censor cortou a matéria e deixou apenas 400 palavras: "As pessoas não estão interessadas no que você come e bebe". A frase fica mais verdadeira, quando se vê, páginas adiante, o exemplo do famoso australiano Wilfred Burchett, que escreveu sobre a guerra do Vietnã com competência e dignidade.

Burchett cobria a guerra pelo lado vietnamita e viajava a pé, de bicicleta ou a cavalo, mas sabia que isto pouco importava aos leitores que queriam saber dos combates, da tragédia do Vietnã. Seus despachos, cheios de informações e denúncias influenciaram grandemente a opinião pública mundial. As tropas americanas, em certo momento, receberam instruções para, simplesmente, matá-lo. Seria impossível fazer um elogio maior à qualidade e à importância do seu trabalho como repórter.

Burchett, como outros personagens reais deste belo livro, tentou fazer da verdade um objetivo — e não uma vítima.

José Antonio Pinheiro Machado

OS LIVROS QUE VOCÊ PRECISA LER ESTÃO AQUI.

D1 — Humanoeconomia:

Eugen Loeb
Como podemos fazer com que a Economia nos sirva e não nos destrua.
Uma economia humanista: pós-marxista e pós-keynesiana. Cr\$ 80,00

D2 — Sexercícios:

Edward O'Reely
Método de exercícios isométricos e isotônicos visando a maior participação e o mais completo desempenho no relacionamento conjugal. Cr\$ 110,00

D3 — Getúlio Vargas

John Foster Dulles
Uma biografia política na visão de um "brazilianist". Farta documentação inédita. Dezenas de fotos. Cr\$ 190,00

D4 — Agressividade Criativa:

Bach & Goldberg
Um livro que derruba o mito do "cara legal". O perigo da repressão da raiva. Como tornar construtiva sua agressividade livrando-se do artificialismo das relações humanas. Cr\$ 160,00

D5 — Yoaga da Alimentação:

Chiang Sing
Como comer bem e viver melhor. A medicina naturalista no mundo de hoje: nutrição com inteligência. Cr\$ 110,00

D6 — O Popular:

Luis Fernando Veríssimo
Uma seleção de crônicas de seu cronista preferido. Cr\$ 65,00

D7 — O Coronel e o Lobisomem:

José Cândido de Carvalho
Uma obra de sucesso permanente. O realismo fantástico em seu melhor momento. Uma obra-prima que Você precisa ler. — Cr\$ 90,00

Aproveite a oportunidade. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Agência Literária Veritas Ltda. Rua Comendador Coruja, 366/372 90.000 — Porto Alegre — RS

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com X:

1 2 3 4 5 6 7

Nome: _____

Rua: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

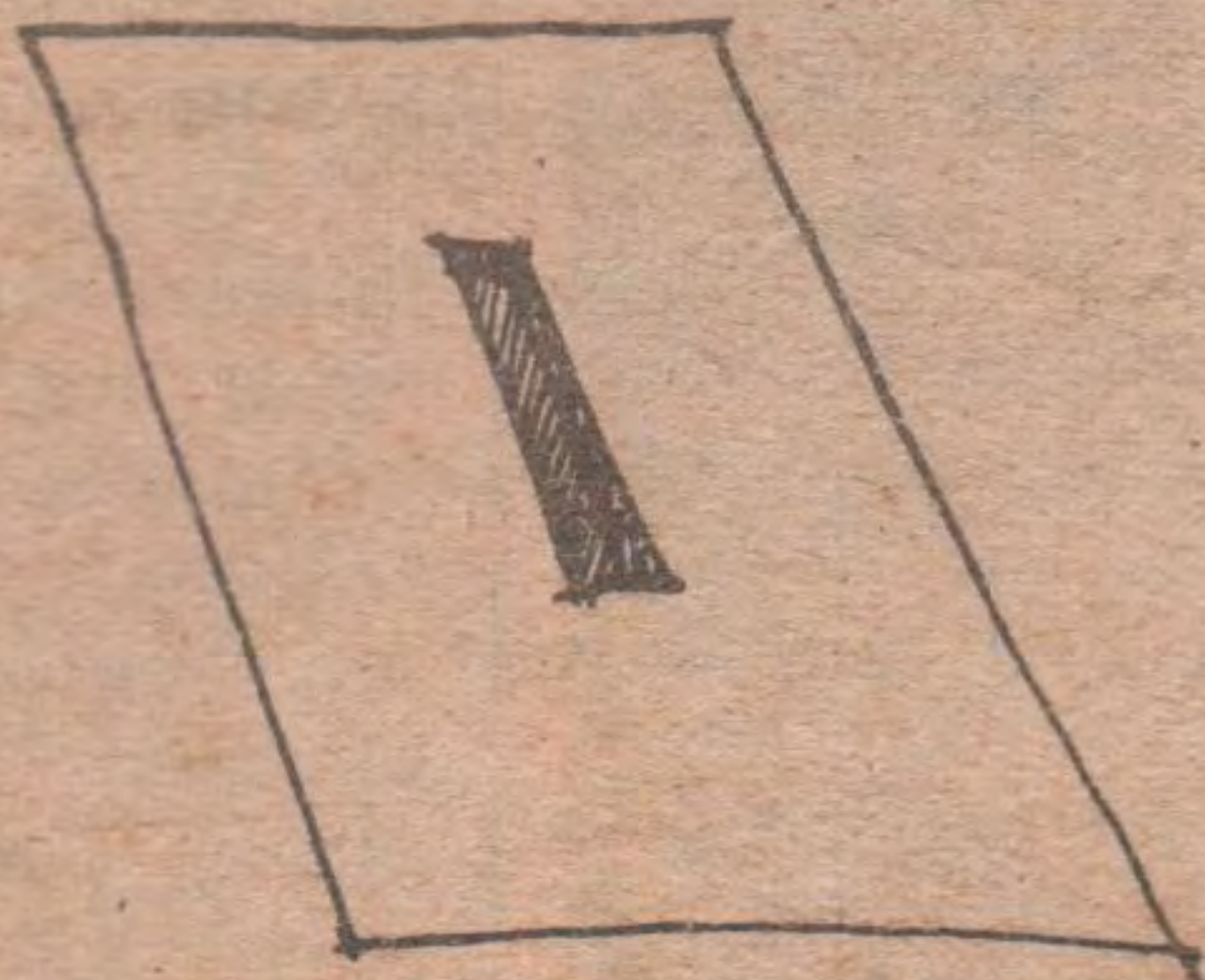
* Não mande dinheiro. Só pague no receber os livros. Não cobramos despesas de remessa.

Assinatura _____

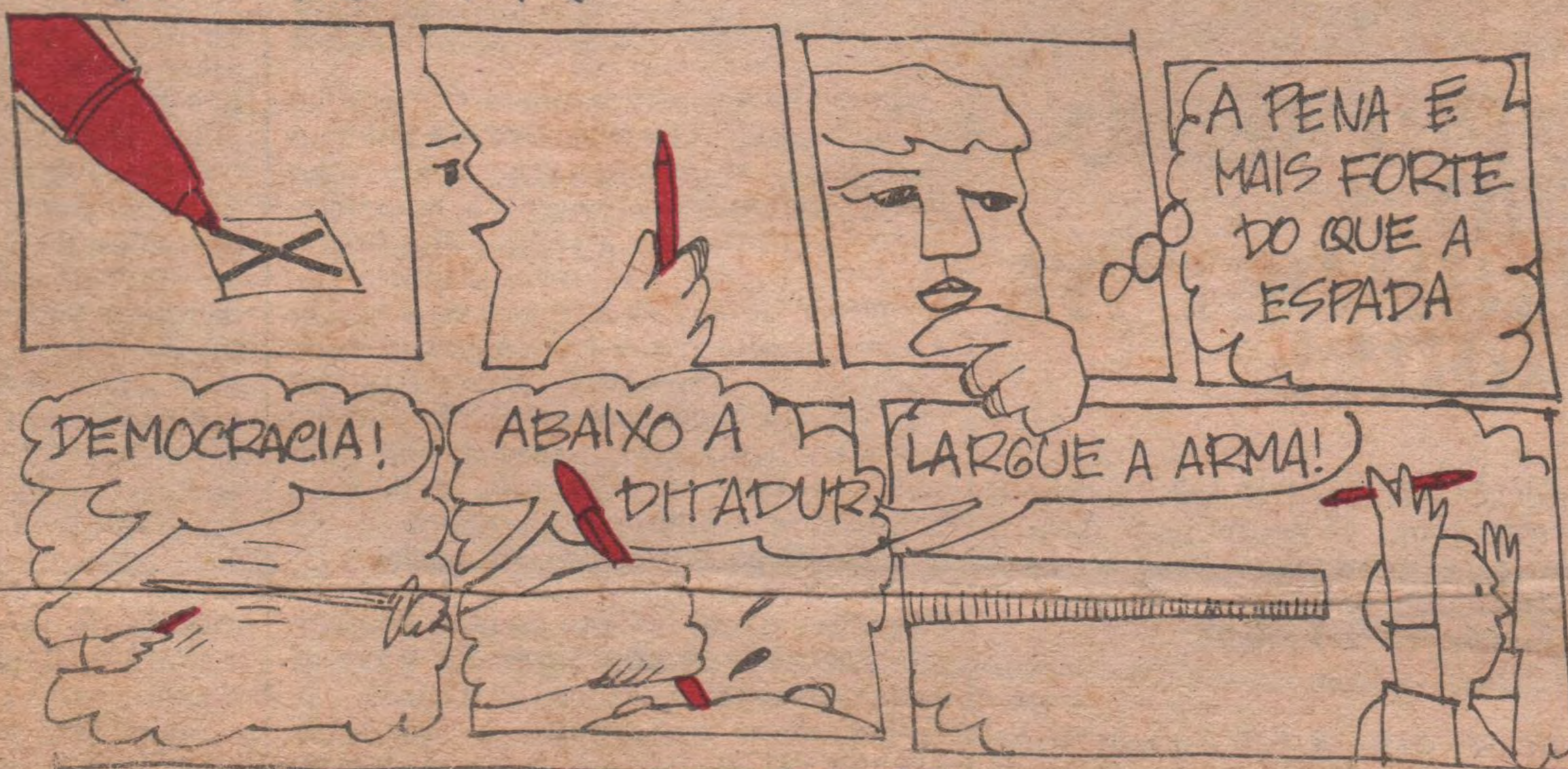
ponha logo no Correio

VERÍSSIMO

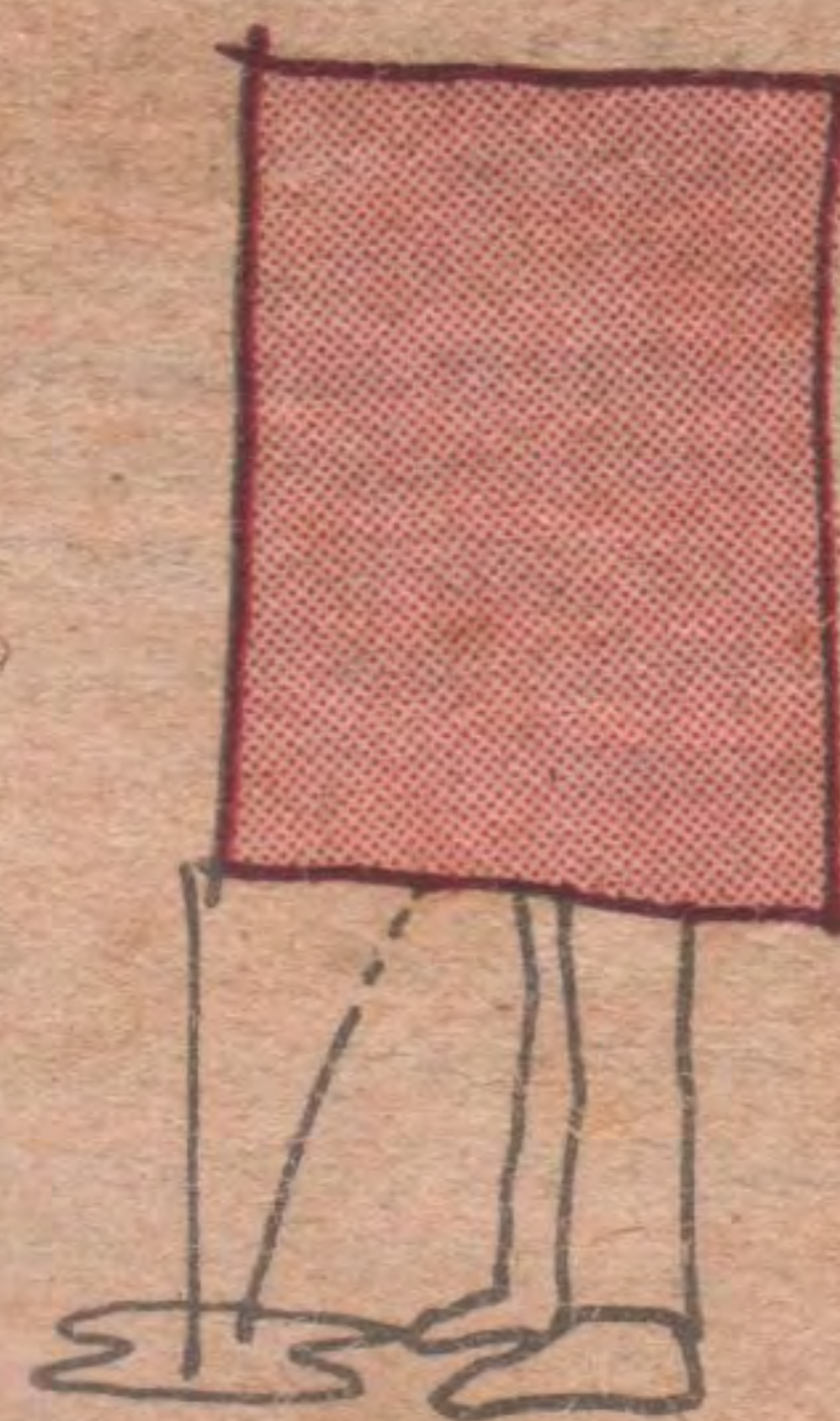
PELO MENOS, É UMA ABERTURA



BIC POWER



A CABINE É INDEVASSÁVEL MAS TENHO A ESTRANHA SENSÇÃO DE QUE ESTÃO CUIDANDO O MEU PÉ



TENHO MEDO DE VOTAR NA OPOSIÇÃO E O GOVERNO DIZER QUE O MEU "X" É FALSO

TEM GENTE QUE NÃO ENTENDE O VERDADEIRO SENTIDO DA ELEIÇÃO



É MDB E QUAL É O OUTRO, MESMO?



A MINHA VONTADE É DE ESCREVER UMAS VERDADES PARA O GOVERNO NA CÉLULA



USA O CÓDIGO. BOTA O "X" NO LUGAR CERTO QUE ELES ENTENDEM A MENSAGEM